

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAROLINA ALCÂNTARA DA COSTA PRATAROTTI

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MEIO UNIVERSITÁRIO:
UMA ANÁLISE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA REALIDADE DAS
ESTUDANTES**

MARIANA (MG)
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAROLINA ALCÂNTARA DA COSTA PRATAROTTI

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MEIO UNIVERSITÁRIO:
UMA ANÁLISE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA REALIDADE DAS
ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^a Ms. Verônica Medeiros Alagoano.

MARIANA (MG)
2018

P912v Pratarotti, Carolina Alcantara da Costa.
Violência Contra as Mulheres no Meio Universitário [manuscrito]: uma análise do curso de Serviço Social a partir da realidade das estudantes / Carolina Alcantara da Costa Pratarotti. - 2018.

101f.: il.: tabs.

Orientadora: Prof. MSc^a. Verônica Medeiros Alagoano.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Violência contra as mulheres - Teses. 2. Serviço social - Mariana (MG) - Teses. 3. Gênero - Teses. 4. Patriarcado - Brasil - Teses. 5. Trabalho - Aspecto social - Teses. I. Alagoano, Verônica Medeiros. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

“VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MEIO UNIVERSITÁRIO:
UMA ANÁLISE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA
REALIDADE DAS ESTUDANTES”

CAROLINA ALCÂNTARA DA COSTA PRATAROTTI
ORIENTADOR (A): VERÔNICA MEDEIROS ALAGOANO

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 16 / 02 / 2018

Les Silva Nova
(Membro da banca)

Shila Dias Almeida.
(Membro da banca)

Verônica Medeiros Alagoano
(Professor orientador)

Às mulheres, em especial às estudantes e professoras que participaram da construção desse trabalho e à minha mãe, meu exemplo de força e resistência.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem devo minha gratidão. A todos que acompanharam a minha formação, direta ou indiretamente, muito obrigada por terem caminhado junto a mim.

À minha família, por sempre acreditar em mim e me dar apoio, mesmo com toda a distância. Mãe, a senhora não imagina o tamanho da minha gratidão, obrigada pelo amor incondicional e por ser meu exemplo e minha melhor amiga. Vó, obrigada ter sempre permanecido ao meu lado, concluir a graduação só foi possível com a sua ajuda. Aos meus padrinhos Cintia e Maurício e meus primos Amanda e Gabriel, sou muito feliz por termos nos reaproximado, vocês são extremamente importantes na minha vida. Aos meus tios Daniel e Fabiana, obrigada pelo carinho durante esse percurso. Ao Carlos, obrigada pelas correções, por ter me acalmado agora na reta final e principalmente pela paciência. A parte mais difícil dessa trajetória com certeza foi a saudade de casa, amo muito todos vocês.

Ao Gleidison Martins por todo o companheirismo. Sou grata pela sua presença e por fazer parte da sua vida. Obrigada também por ter viabilizado esse trabalho ajudando a imprimir os questionários.

Aos meus amigos, de Santos e de Mariana, vocês fizeram meus dias mais felizes. Danny, obrigada pela amizade e por me ajudar durante toda a graduação, ter seu ombro amigo fez toda a diferença. Rafaela, Maria Emília e Zulmira vocês são maravilhosas, obrigada pela amizade. Diego, a distância não mudou nada na nossa amizade, tenho saudades de você sempre, obrigada por todos esses anos ao meu lado.

Aos membros do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) – Gestão “Avante”, foi um aprendizado enorme, seguimos na luta.

À(o)s estudantes que participaram da pesquisa e às professoras que disponibilizaram parte das aulas para que eu pudesse apresentar e aplicar os questionários, muito obrigada por terem tornado esse trabalho possível.

Aos professores do curso, obrigada pelos ensinamentos. À professora Estela Saleh da Cunha, obrigada pelas oportunidades de participar do pró-ativa e das monitorias de Pesquisa I e II. À professora Kathiúça Bertollo pela supervisão acadêmica e às supervisoras de campo Priscila Gonçalves e Stephanie Bronzoni agradeço pelo acompanhamento riquíssimo durante o estágio. Às professoras Sheila Dias e Isis Silva Roza, muito obrigada por terem aceito participar desse processo, é uma honra ter vocês como membros da banca avaliadora.

À professora orientadora Verônica Medeiros Alagoano deixo a minha profunda gratidão. Foi um desafio, mas graças a todo o seu suporte conseguimos. Aprendi muito durante

todo o processo, em questão de conhecimento foi um período letivo que com certeza valeu por dois! Obrigada por toda a dedicação e paciência, fui muito privilegiada em poder construir esse trabalho com você.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo averiguar se há, e de que forma se manifesta, a violência contra a mulher no meio universitário, especialmente no curso de Serviço Social. Além da revisão bibliográfica, realizamos um levantamento através de questionários semiabertos com 104 discentes do curso, do 2º ao 7º período. Propõe-se uma reflexão acerca do Serviço Social da UFOP a partir da vivência das estudantes, para que analisemos se o curso contempla as questões de gênero no capitalismo patriarcal, tanto referente às demandas que se apresentam na realidade das universitárias quanto voltado à própria formação profissional. Realizou-se a discussão do surgimento do Serviço Social, enfatizando os aspectos que delegam a marca feminina na profissão. Fez-se também uma aproximação com a dinâmica da desigualdade social e de sexo no capitalismo e com os conceitos de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho, para que, a partir disso, pudéssemos caracterizar e analisar a violência contra a mulher e suas manifestações. Destacamos a necessidade de incorporação desse debate na Universidade de modo geral e principalmente no curso de Serviço Social da UFOP. Pensando a formação profissional articulada ao projeto ético-político da categoria, apontamos a importância da análise (e autoanálise) social baseada no tripé analítico de classe, raça/etnia e gênero.

Palavras Chaves: Violência contra a mulher; Serviço Social; Gênero; Patriarcado; Divisão Sexual do Trabalho

ABSTRACT

The purpose of this study is to determine if there is, and what form it expresses, violence against women in University's space, specially in Social Work course. In addition to the bibliographic review, we conducted a survey through semi-open questionnaires with 104 students, from the 2nd to the 7th period of the course. It's proposed to reflect about UFOP's Social Work from the reality of the students, so that we analyze if the course considers the discussion about gender issues in patriarchal capitalism, both referring to the presented demands in the reality of university's students and to the professional qualification itself. We discussed about Social Work's emergence, emphasizing the aspects that delegates the feminine brand in career. An analysis was also made of the dynamics of social and gender inequality in capitalism and with the concepts of gender, patriarchy and the sexual work division so that, from this, we could characterize and analyze violence against women and their manifestations. We emphasize the need to incorporate this debate in all University and especially in the course of Social Service of UFOP. Thinking about the professional formation articulated to the ethical-political project of the category, we pointed out the importance of social analysis (and self-analysis) based on the analytical tripod of class, race/ethnicity and gender.

Keywords: Violence against women; Social Work; Gender; Patriarchate; Sexual Work Division

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade	76
TABELA 2 – Estado Civil	77
TABELA 3 – Raça/Etnia	77
TABELA 4 – Renda Familiar	77
TABELA 5 – Orientação Sexual	77
TABELA 6 – Tipo de Moradia	77
TABELA 7 – Vivenciou violência contra a mulher na universidade	79
TABELA 8 – Resultado Após a Lista de Violências	79
TABELA 9 – Violência contra a mulher antes do ingresso	79
TABELA 10 – Influência da Violência na Participação Acadêmica	80
TABELA 11 – Lista de Violências	81
TABELA 12 – Predominância Feminina e Violência Contra a Mulher no Curso	83
TABELA 13 – Debate de Gênero na Grade Curricular	83
TABELA 14 – Preparação dos Profissionais	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A MARCA FEMININA NO SERVIÇO SOCIAL: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL	13
3 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NO CAPITALISMO	29
3.1 DESIGUALDADE SOCIAL E DE SEXO NO CAPITALISMO	29
3.1.1 Desigualdade Social e de Sexo no Capitalismo Brasileiro	34
3.2 GÊNERO, PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	38
3.2.1 Gênero e Patriarcado	38
3.2.2 Divisão Sexual do Trabalho	55
4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA	62
4.1.2 Dados Nacionais da Violência Contra a Mulher no Brasil	70
4.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE	73
4.2.1 Violência Contra a Mulher do Curso de Serviço Social-UFOP	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
APÊNDICE A	92
APÊNDICE B	93
APÊNDICE C	98

1 INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso se constitui enquanto uma tentativa de aproximação da vivência das mulheres universitárias. O interesse pelo tema surge a partir do reconhecimento de que a violência contra a mulher se manifesta em todos os âmbitos da sociabilidade e está ancorada na dinâmica do modo de produção e reprodução da vida. As inquietações acerca da violência contra a mulher especificamente no meio Universitário acompanharam a minha trajetória enquanto discente do Serviço Social, principalmente a partir de experiências próprias e da demanda apresentada por outras estudantes durante a vigência do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) – Gestão “Avante”¹, do qual fiz parte, no período de julho de 2015 a maio de 2016.

Durante a gestão, esse tema foi pautado diversas vezes nas discussões internas e, com isso, a possibilidade de inserção no CASS permitiu o reconhecimento da violência contra a mulher na Universidade enquanto uma questão coletiva. Entretanto, quando tentamos levar as demandas às instâncias representativas do curso, como meio de articulação, nos deparamos com diversos obstáculos. A justificativa predominante era a falta de dados concretos referente às situações apresentadas, que inviabilizava a discussão a respeito, de modo que nos foi orientado documentar e sistematizar a demanda à nível acadêmico. Nesse sentido, a elaboração do presente trabalho foi preconizada inicialmente na perspectiva de realizar um levantamento acerca dessa realidade.

Sabemos que a profissão tem hegemonia feminina e que também se destina majoritariamente a mulheres, as questões de gênero têm no seio da profissão respaldo. Assim, durante a graduação em diversos momentos nos deparamos com questionamentos que tendem a essa temática. Esses questionamentos me levaram à uma das inquietações que assume centralidade nessa pesquisa: o Serviço Social da UFOP aborda de maneira suficiente as questões de gênero? Seja referente às vivências das estudantes, seja na própria formação profissional, o debate acerca da desigualdade entre os sexos vem sendo contemplado?

Portanto, o objetivo dessa pesquisa foi verificar, a partir da amostra no Serviço Social, se realmente existe violência contra a mulher no meio universitário e, se sim, de quais formas se manifesta. Procuramos levantar dados quantitativos referente à proporção de estudantes mulheres do curso que já vivenciaram algum tipo de violência contra a mulher no meio

¹Destaca-se que as três principais demandas trazidas pela base do Serviço Social durante a vigência da gestão foram: a abertura de novos campos de estágio, a dificuldade no acesso à assistência estudantil da UFOP e a violência contra a mulher no meio universitário.

universitário durante sua inserção na Universidade Federal estudada e dados qualitativos referente às violências vivenciadas e suas formas de manifestação. Além disso, como já explicitado, buscou-se refletir se, e de que forma, o curso de Serviço Social trabalha com as questões de gênero. A metodologia do trabalho foi constituída pela revisão bibliográfica, que possibilitou a aproximação e compreensão inicial acerca da temática, a busca por dados nacionais e pela elaboração de um questionário semiaberto, que foi aplicado em uma amostra de 104 estudantes do Serviço Social da UFOP, do 2º ao 7º período.

O referencial teórico procurou perpassar inicialmente o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social atrelado à marca feminina. No segundo capítulo, abordou-se a dinâmica da desigualdade social e de sexo no capitalismo e, posteriormente, os principais debates feministas e conceitos explicativos vinculados à perspectiva crítica – gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho. Por último, preconizou-se a caracterização da violência contra a mulher na sociedade capitalista-patriarcal-racista e a aproximação com a realidade nacional, a partir das pesquisas do Mapa da Violência (2015), Ligue 180 (2015) e do Instituto Avon/Data Popular (2015). Esse embasamento permitiu a demonstração e análise do levantamento que guiou este trabalho e forneceu os dados pertinentes à vivência das discentes no meio acadêmico. As(os) principais autoras(es) utilizadas(os) nesse percurso foram: Yamamoto e Carvalho (2013), Cisne (2012), Lisboa (2010), Saffioti (1976; 2004) e Mirales (2013).

Com essa pesquisa, busquei colocar em evidência a existência de violência contra a mulher no meio universitário, inclusive no curso de Serviço Social. A violência contra a mulher é sistêmica e se constitui enquanto uma manifestação da dominação-exploração sob as mulheres. Portanto, a escolha e o desenvolvimento do trabalho foram embasados em uma perspectiva política de contestação do saber hegemônico e masculino, que perpetua as relações de desigualdade. Acredito que a relevância do tema está justamente na aproximação com elementos capazes de contribuir com essa discussão, tanto para o meio acadêmico de modo geral quanto para a categoria profissional, para que se explicita a necessidade de se ampliar, especialmente dentro do curso de Serviço Social, os espaços acadêmicos que referenciem essas questões.

2 A MARCA FEMININA NO SERVIÇO SOCIAL – SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2013), o aparecimento da Questão Social no Brasil ocorre junto com a popularização do trabalho livre, em uma sociedade na qual a escravidão compõe seu passado recente. A Questão Social é marcada pelas condições históricas no qual a acumulação primitiva não se realiza, como fora nos países centrais e, assim, a alienação dos meios de produção necessários para o homem ocorre fora dos limites da formação econômica e social brasileira.

Durante as décadas de 1920 e 1930, o mercado de trabalho vinha se consolidando no país, com um índice abusivo de exploração. Com isso, o movimento operário – que também vinha se fortalecendo – passa a ameaçar os valores da sociedade burguesa. Isso impõe a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho, fazendo com que a compra e venda da mesma saia da esfera puramente mercantil, dada a necessidade de regulamentação jurídica pelo Estado. Nesse contexto, surgem as Leis Sociais, uma vez que a partir do momento em que se explicitam as condições do proletariado – com o fortalecimento dos movimentos sociais que são desencadeados com a conquista da cidadania – as classes dominantes, o Estado e a Igreja são obrigados a se posicionar em torno da Questão Social. Assim, a Questão Social passa a se afigurar como o centro das contradições da sociedade. Para os autores,

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.135)

Esse é o contexto do surgimento do Serviço Social, que representa a iniciativa particular de frações de classes, principalmente por intermédio da Igreja Católica. Assim, possui uma base social específica que propaga determinada ideologia, já que se constitui como uma demanda social das classes dominantes. Isso significa dizer que ao passo que as Leis Sociais resultam da pressão do proletariado, o Serviço Social surge como uma imposição à classe a quem ela se destina, representando os interesses das classes dominantes, que mobilizam diferentes políticas regidas pelo binômico repressão e caridade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

O Serviço Social surge com a demanda de intervir e amenizar os conflitos da contradição entre Capital e Trabalho – ou seja, atuar na Questão Social – visando o controle e reprodução da força de trabalho, de forma a moldar a classe trabalhadora de modo conveniente à dinâmica do capital. Até 1930 a Questão Social era tratada como caso de polícia ou através de ações da

caridade, usualmente promovidas e incentivada pela Igreja Católica – é somente durante o período Vargas que a Questão Social é reconhecida como uma questão política e legal e, com isso, o Serviço Social emerge, enquanto profissão, pela demanda do Estado em implementar políticas sociais que assegurem a reprodução do capital e, portanto, amenizem os conflitos de classe (CISNE, 2012).

Segundo Yamamoto e Carvalho (2013), a hegemonia burguesa não tem como se basear apenas na coerção, portanto, precisa desenvolver mecanismos de integração e controle. Sendo assim, as medidas que o Estado precisa implementar, inicialmente fortemente combatidas pelo empresariado, visam a ampliação da sua base de apoio e atenuação do conflito social, sem que isso implique em um projeto mais amplo de reivindicação operária.

Na Primeira República, o movimento desencadeado pelo proletariado vai ter como resposta do Estado basicamente a repressão policial, como o instrumento mais eficiente para a manutenção da paz social necessária para a acumulação capitalista. Neste período, a alta sociedade, que ainda não reconhece a existência da questão operária, varia seu comportamento entre a hostilidade, manifestada no apoio a repressão policial, e à raras práticas caridosas e assistencialistas. As críticas do empresariado são voltadas à inexistência de mecanismo de socialização do proletariado, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados ao trabalho fabril. Essa lógica visa internalizar no trabalhador a dinâmica capitalista como algo natural e, portanto, há a necessidade de uma ação externa que complemente a coerção já existente, fator que se relaciona intrinsecamente com o surgimento do Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

A partir dos anos de 1917 a 1920, a ação assistencialista dessa elite vai ter um grande desenvolvimento que irá se constituir como uma das principais bases para a consolidação do Serviço Social. A preocupação do empresariado com o “social” somente começa a ocorrer a partir da desagregação do Estado Novo e do término da segunda guerra mundial, e representa uma adaptação à nova fase do capitalismo – que demanda novas formas de dominação e controle do movimento operário, no qual a procura pelo consenso aumenta em detrimento da pura coerção. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Dessa maneira, o Serviço Social emerge como uma forma de elevar o proletariado a um padrão ético moral e à uma racionalidade ajustada a ordem capitalista. O uso da repressão na Primeira República se constituiu na forma mais eficaz de apoio aos mecanismos de dominação, entretanto, com as grandes movimentações sociais e após o primeiro pós-guerra, multiplica-se também a existência de uma política. Apesar das obras de benemerência serem mais raras, as empresas propiciavam serviços assistenciais para os empregados, como meio de procurar

aliviar as tensões sociais e melhorar as condições de desenvolvimento da acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013). Assim,

[...] apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.148)

Para Iamamoto e Carvalho (2013), após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, a Questão Social fica exposta para sociedade. É nesse período que surgem as “protoformas” do Serviço Social² no Brasil, com a mobilização pela igreja do movimento católico leigo. O Serviço Social surge como um departamento especializado da Ação Social e baseado na doutrina social da Igreja. Esse contexto, faz parte da “reação católica” – no qual a Igreja Católica perde sua ampla hegemonia, sendo expulsa de uma série de setores que até então possuía domínio quase absoluto – que reagrupa força, na tentativa de reconquistar seus antigos privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base métodos organizativos e disciplinares que visam o enquadramento e o controle da população católica.

Com o movimento de 30 inicia-se um novo período de mobilização do movimento católico laico. A crise de poder originada da indefinição de um novo bloco hegemônico, a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena-burguesia e a reemergência do proletariado através da retomada, com maior intensidade, dos movimentos reivindicatórios e de uma nova estratégia política, criam as condições para que a Igreja seja chamada a intervir na dinâmica social de forma muito mais ampla. A hierarquia, explorando a fundo a nova situação conjuntural, quando no período de 1931-1935 a mobilização do laicado atingirá seu ponto mais alto, alcançará consolidar e recuperar seus privilégios, definir e legitimar suas posições na sociedade civil dentro de uma composição com o novo bloco dominante que emerge. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.156)

Conforme Iamamoto e Carvalho (2013), o fim da década de 1920 é marcada pela decadência da economia cafeeira e pelo fortalecimento das contradições econômicas e complexidades sociais geradas pelo desenvolvimento capitalista, que fazem com que o Estado, para contornar a crise, adote paulatinamente uma organização corporativa, canalizando os interesses divergentes das frações dominantes e as reivindicações populares. Através da ideia de “harmonia social” e do desenvolvimento da sociedade através da colaboração entre as classes, o Estado age no sentido de disciplinar as classes, se transformando em instrumento de expansão capitalista. A política social do novo regime toma forma através das legislações sindicais e trabalhistas e é um elemento central nesse processo.

²No entanto, Iamamoto e Carvalho (2013) sinalizam que o surgimento do Serviço Social, enquanto um conjunto de atividades reconhecida na divisão social do trabalho, ainda percorrerá mais de duas décadas.

Ocorre nesse período uma ofensiva ideológica contra a organização autônoma do proletariado e, assim, essa articulação começa com a repressão e desmantelamento da organização política e sindical, para que, a partir desse momento, o corporativismo não sofra mais nenhuma ameaça significativa. O Estado é colocado como uma entidade acima das classes sociais, de modo a obscurecer a dinâmica do modo societário vigente, e é acompanhada da reiteração da ideologia do trabalho, no qual o trabalho é colocado como uma virtude do homem e uma atividade que cria riquezas e propicia o desenvolvimento da sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Com isso, após a queda da república velha, a conjuntura política e social, que contava com crise de hegemonia entre as frações da burguesia e com a movimentação da classe subalterna, proverá um cenário de abertura à Igreja para intervenção na vida social.

Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade Civil que o regime anterior não fora capaz de preencher. A Igreja se lançará à mobilização da opinião pública católica e à reorganização em escala ampliada do movimento católico leigo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.166)

As “protoformas” do Serviço Social surgem nas obras e instituições que se desenvolvem após o fim da primeira guerra mundial e, como exposto anteriormente, compõe a primeira fase da “reação católica”, no qual preconiza-se a expansão e divulgação do pensamento social da Igreja. O trabalho nessas obras e instituições se diferenciam das tradicionais práticas de caridades por dois fatores: primeiro por utilizar, colocando em evidência, os nomes das famílias que integravam a burguesia e possuir forte militância do elemento feminino enquanto seus representantes; e, segundo, por contar com maior aporte de recursos e potencial contato com o Estado, o que ocasionava que o planejamento dessas obras sociais possuísse maior eficiência técnica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

O desenvolvimento e expansão da Ação Social propicia o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. Dentro da Ação Social, o desenvolvimento do movimento laico faz com que surjam múltiplas iniciativas, que criam o Apostolado Social. As Obras Sociais e os movimentos do Apostolado Social vão favorecer e viabilizar o surgimento do Serviço Social, resultando em 1932 na criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado a primeira manifestação do Serviço Social no Brasil. Ele surge da necessidade da Ação Social e da Ação Católica de tornar mais efetiva as iniciativas e obras filantrópicas das

classes dominantes que agem sob o patrocínio da Igreja, e de dinamizar a mobilização do laicato. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Esses cursos foram compostos por mulheres jovens, formadas em estabelecimentos religiosos, que representavam famílias de diversas frações da classe dominante, e possuíam o objetivo de promover a formação pelo estudo da doutrina social da Igreja, fundamentar as ações de forma doutrinária e fornecer conhecimento dos problemas sociais. Com isso pretendia-se tornar mais eficiente as ações e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a serem resolvidos, além de também intervir diretamente junto ao proletariado, como forma de afasta-los de influências consideradas subversivas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Os núcleos pioneiros do Serviço Social, surgindo como ramificações da Ação Católica e da Ação Social, têm sua base social definida pela composição do bloco católico. O que não impede, no entanto, que possua especificidades bem definidas: tratar-se fundamentalmente de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais; constituir-se a partir de moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade; ter como um ponto comum alguma forma de militância nos meios católicos. O Serviço Social se caracteriza, assim, por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico. A partir dessa base social, da origem de classe dos núcleos pioneiros do Serviço Social se pode deduzir que seu modo de ver o mundo e de agir em relação às populações clientes não tem a ver apenas com a influência europeia. Esse comportamento faz parte da própria ideologia das classes dominantes, pela origem, fortuna familiar ou capital cultural, que lhes confere uma superioridade natural em relação às populações pobres e legítima a forma paternalista e autoritária de sua intervenção. O discurso dessas pioneiras demonstra a certeza de estarem investidas de uma missão de apostolado, decorrente não só da adesão aos princípios católicos, como de sua origem de classe. Elementos que legitimam sua autoridade num empreendimento de levantamento moral de uma população que vegeta no pauperismo e no rebaixamento moral. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.229)

O discurso do assistente social nesse período, possuía diversos elementos doutrinários, que pretendem a reforma do homem desajustado a ordem societária – ou seja, não há no discurso uma crítica ao modo vigente, mas sim uma lógica de enquadramento dos “desajustados”. Para isso, a prática do apostolado contava com a reificação de comportamentos tidos como qualidades naturais da mulher, presentes no comportamento feminino dos setores abastados. As assistentes sociais deveriam possuir e propagar um perfil específico de feminilidade, no qual fossem preponderantes características como o devotamento, a capacidade de sensibilidade e amor ao próximo, a modéstia, a calma etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Podemos notar, dessa forma, que a mulher – tanto no que se refere às usuárias, quanto às profissionais – é tida como responsável pela preservação da ordem moral e social e, por isso, é incorporada como instrumento privilegiado para a reprodução do controle social (CISNE, 2012). Assim,

Observa-se, aqui, que a forma de intervenção junto à população cliente guarda relação ao tipo de educação familiar e religiosa a que estão sujeitas essas moças da sociedade: o recalque dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização etc. Esses elementos de autoritarismo e castração de sua educação se reproduzem no trato com a população, que passa a ser objeto de sua assistência: autoritarismo, infantilização, intransigência com o que consideram irracional ou imoral no seu modo de vida. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 231)

Nessa perspectiva, o CEAS realizou a criação de Centros Operários visando educar a mulher da classe trabalhadora para o cumprimento de seus deveres e desperta-las para o espírito do apostolado. A partir disso, observa-se uma forte responsabilização das figuras femininas do proletariado pelas mazelas que perpassam a família, de modo que “a desagregação moral da família, têm como uma de suas causas principais o “abandono do lar” pela mulher” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.219). Portanto, uma das grandes áreas de atuação das assistentes sociais será a “educação” feminina no que concerne a gestão do lar e da família.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.182)

Em 1936, alicerçado nos esforços do CEAS e no apoio da hierarquia, funda-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, a partir daí, além da demanda da própria Ação Social Católica, surge uma nova demanda por parte de determinadas instituições estatais. O Estado ultrapassa a marca da regulamentação do mercado de trabalho e da exploração da força de trabalho, para superintender a gestão da assistência social – de modo a racionalizar a assistência, reforçando e centralizando a sua participação e regulando as iniciativas particulares. A atuação das assistentes sociais vai tender a ser cada vez mais dependente e burocrática e voltadas para as demandas e serviços do Estado, através de convênios. As figuras de destaque das instituições particulares serão cooptadas para compor os quadros técnicos e conselhos consultivos das instituições estatais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

O governo procurará, portanto, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares – dividindo áreas de atuação e subvencionando as instituições coordenadas pela Igreja – ao mesmo tempo em que adota as técnicas e a formação técnica especializada desenvolvidas a partir daquelas instituições particulares. Assim, a demanda por essa formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.186)

Então, a escola do Serviço Social, fundada pelo CEAS, surge em 1936 e não pode ser considerada exclusivamente fruto do movimento católico laico, dada a prévia existência da demanda estatal para assimilar a formação doutrinária própria do Apostolado Social. Cabe salientar que, a partir do convênio firmado entre o CEAS e o departamento de serviço social do Estado, essa formação técnica especializada passará por mudanças de orientação para que se tornem escolas especializadas. O Estado irá patrocinar esses cursos e financiar, através de bolsas, a especialização dos indivíduos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2013) dispõem que ocorre um processo de mercantilização dos portadores dessa formação – que se transformam em força de trabalho que pode ser comprada. Progressivamente, o profissional do Serviço Social vai se transformando em força de trabalho qualificada, englobada na divisão social e técnica do trabalho e, assim, o portador da qualificação não vai mais precisar ser, obrigatoriamente, uma “moça da sociedade” devotada ao Apostolado Social. Entretanto, esse processo não implica na eliminação do elemento doutrinário da formação do assistente social, uma vez que o conteúdo não só não é um entrave para a assimilação da mão de obra pelo Estado e por empresas, como, pelo contrário, é extremamente funcional às necessidades dos mesmos. Além disso, não podemos pensar nesse processo como uma “democratização” da profissão, mas sim um alargamento das bases de recrutamento, que passa a incorporar setores da pequena burguesia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013)

Para Netto (2011), o surgimento do Serviço Social só pode ser compreendido no marco do capital monopolista, dado que este estabelece condições histórico-sociais que demandam a institucionalização da profissão no trato da Questão Social. No estágio monopolista do capital, o Estado deixa de atuar somente na garantia das condições externas do capital, como também é chamado a intervir nas condições internas. Isso significa dizer que “no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2011, p.25). Assim, o Estado passa a ter uma multiplicidade de funções, servindo como instrumento de organização da economia e administrador dos ciclos de crise. Para isso, o Estado precisará se legitimar e, portanto, se tornará permeável às demandas da classe trabalhadora, podendo abarcar, em determinados momentos, seus interesses. Dessa forma,

Para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura seu desempenho. (NETTO, 2011, p.27)

Somente nestas condições que as manifestações da Questão Social podem se tornar objeto de intervenção contínua do Estado. Esse processo resulta na adoção de políticas sociais destinadas à administração da Questão Social. É também de acordo com essa lógica que o Estado se colocará, como disposto por Yamamoto e Carvalho (2013), ideologicamente como uma entidade mediadora, preocupada com o “social” e acima da dinâmica de classes. (NETTO, 2011)

O surgimento do Serviço Social é fruto de uma demanda do Estado que passa a atuar nas expressões da Questão Social, visando garantir as condições para o desenvolvimento monopolista. Para Netto (2011, p.71-72), mais do que a continuidade das ações, é a ruptura com as protoformas do Serviço Social que o instituem como profissão – passando a estabelecer-se na condição de assalariamento, o significado social do Serviço Social ganha novo sentido na reprodução das relações sociais. Assim, o Serviço Social não pode ser compreendido fora das relações monopólicas:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. (NETTO, 2011, p.73-74)

Isto Posto, Cisne (2012, p34-35) dispõe sobre a relação orgânica entre o Serviço Social e a assistência social. A assistência social surge com caráter assistencialista, e, portanto, não constituía um direito, mas sim um favor que era implementado com intuito de perpetuar e garantir as relações de dependência e de dominação da população usuária. A mulher, embasada nos ideais provenientes dos valores cristãos, é incorporada de modo conveniente para a manutenção dessa lógica – assim, “o Estado utiliza-se a figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da ‘Questão Social’ e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais” (CISNE, 2012, p.35). A autora entrelaça o surgimento da profissão com o surgimento das políticas sociais, bem como a incorporação do papel socialmente atribuído à

mulher (portanto a questão de gênero) como meio de apaziguar os conflitos resultantes da Questão Social e assegurar a reprodução e expansão do capital monopolista.

A primeira instituição de assistência social no Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), fundada em 1942, que tinha como presidenta a primeira dama, Darcy Vargas, tendo em estatuto a garantia de sucessão das próximas primeiras damas. Com sua expansão, as principais áreas de atuação foram às questões ligadas a maternidade, infância, velhice, doentes e questões relacionadas a deficiência alimentar e habitacional. A LBA influenciou diretamente no desenvolvimento e na institucionalização do Serviço Social – o que, através do “primeiro damismo”, relega a profissão uma relação com a questão de gênero (CISNE, 2012, p.37).

Constituindo-se na primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.267)

Cabe ressaltar que o fato da assistência social ter sido vinculada à primeira dama, diz respeito à responsabilização da mulher para os problemas sociais, embasados nas características tidas como femininas associadas ao cuidado, à caridade e à ajuda, que serão colocados enquanto extensões das tarefas domésticas e, portanto, associado à um espaço ocupacional essencialmente feminino. O Estado transfere as responsabilidades referentes ao controle da Questão Social para as primeiras damas, utilizando-as como via de impulsionar o espírito filantrópico através da sensibilização da sociedade por meio dos valores femininos, valores que se configuram como parte estruturante da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista. (CISNE, 2012)

Como já exposto, isso ocorre com forte influência da Igreja Católica, que vê no trato da Questão Social oportunidade para retomar o prestígio que havia perdido com o avanço do capitalismo, dado que o capitalismo passa a se articular com as instituições que reproduzam seu sistema dominante de valores, especialmente no que diz respeito à intervenção nas famílias (CISNE, 2012). Nessa perspectiva, para a autora, a articulação entre a burguesia e a Igreja se configurará a herança conservadora da profissão.

Percebe-se que a influência da Igreja no Serviço Social não foi superficial, mas determinou profundamente a formação e o exercício profissionais. Para exemplificar, pode-se citar que, tanto o corpo discente, quanto o docente, das escolas de Serviço Social, eram formados em sua grande maioria pela ação católica, além do inegável fenômeno social da marca feminina em sua composição. [...] essa marca feminina é

aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho. (CISNE, 2012, p.44)

O Serviço Social tem durante este período seu significado ideopolítico atrelado aos interesses da classe dominante, visando através de atributos socialmente tidos como femininos, persuadir a classe trabalhadora. A autora ressalta que o mercado de trabalho para a mulher era vinculado a profissões (como no caso do Serviço Social) que perpetuassem os tradicionais papéis de gênero e, assim, a profissão se configura como uma extensão da esfera doméstica. (CISNE, 2012)

Entretanto, é necessário frisar que essas características tidas como essencialmente femininas são construídas socialmente e, assim, tem caráter sócio-histórico. De acordo com a autora,

O conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero. É importante perceber que, sendo, fundamentalmente, resultado de uma construção social, essas relações são mutáveis. (CISNE, 2012, p.51)

Dessa forma, para Cisne (2012, p.49), a reprodução da desigualdade de gênero e, neste caso, mais especificamente a divisão sexual do trabalho, é perpetuada de modo a atender aos interesses dominantes. Portanto, o capitalismo se apropria das desigualdades de gênero, estabelecendo-se uma relação simbiótica, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com Iamamoto (2004), o Serviço Social surge com mais bases doutrinárias do que científicas e corresponde à uma ação de um movimento reformista-conservador. Com a expansão dos cursos, o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão, inicialmente possuiu influência das vertentes norte-americanas das Ciências Sociais, que, aliado à filosofia humanista-cristã, acabam por reforçar e atualizar o pragmatismo profissional. A dimensão técnico-instrumental da profissão permanece voltada para uma ação educativa e organizativa, de modo que, por mais que haja uma progressiva racionalização dos procedimentos de intervenção para atender as exigências de tecnificação, o conteúdo do projeto da ação profissional permanece o mesmo, ancorado no reformismo-conservador. (IAMAMOTO, 2004)

Na década de 1950, começam a surgir questionamentos sobre o agir profissional. Entretanto, por se tratar de manifestações isoladas, não podemos considera-las de fato um

movimento de ruptura profissional com o conservadorismo. Além disso, a instauração da ditadura militar faz com que essas iniciativas retrocedam. (IAMAMOTO, 2004)

Após 1964, ocorre a modernização do Serviço Social, imposta pela necessidade de otimizar o instrumental profissional. Nesse sentido, há uma grande aproximação com as teorias da modernização presentes nas Ciências Sociais, entretanto, o viés adotado acaba por atualizar o caráter missionário, preservando seu componente utópico (IAMAMOTO, 2004).

Em sintonia com a autora, Cisne (2012) dispõe que com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social – que em primeiro momento visou atender às exigências de tecnificação da profissão, através de bases científicas e novas estratégias técnico-operacionais para o enfrentamento da Questão Social – contesta-se o tradicionalismo da profissão. Inicialmente o perfil conservador da profissão vêm a se reatualizar através da vertente positivista, articulada com a manutenção da ordem. Esta perpetua a subordinação da mulher, atendendo aos interesses burgueses através da influência da mulher na família e tem como característica a mistura entre a tecnificação e o caráter missionário da profissão. A incorporação das características femininas permanece sendo vista como facilitador das respostas exigidas ao controle da Questão Social (CISNE, 2012).

As críticas mais profundas ao caráter conservador da profissão acontecerão durante a década de 1970 e 1980, dado que neste período ocorre a acumulação teórica e a produção crítica de conhecimento no Serviço Social brasileiro – fator que permite o redirecionamento ideopolítico da profissão, incorporando na sua base teórica o marxismo. Isso desencadeia em um processo de ruptura com o conservadorismo – priorizando-se o exercício profissional afinado com os interesses da classe trabalhadora. (CISNE, 2012)

À vista de Yazbek (2009), o desenvolvimento da produção intelectual do Serviço Social brasileiro resultou dos desdobramentos das vertentes que emergem no Movimento de Reconceituação. A vertente “modernização conservadora”, seguindo a matriz positivista, se baseia na incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, de modo a buscar maior eficácia na intervenção profissional, através do projeto renovador tecnocrático. Já a vertente “fenomenológica”, se coloca como uma reatualização do conservadorismo inicial da profissão. Nesse sentido, somente a vertente marxista remete a profissão à sua inserção na sociedade de classes e afirma a ruptura com o Serviço Social tradicional.

Netto (1999) ressalta que a denúncia ao conservadorismo da profissão não surge do nada, mas é fruto de um contexto histórico específico e de processos que permitem que a mesma se realize. De acordo com o autor, durante a metade década da 1970 se deflagra o Movimento de Reconceituação do Serviço Social em diversos países na América Latina e, conjuntamente

com o processo de renovação na particularidade brasileira, resulta em experiências que permitem o questionamento acerca da perspectiva conservadora da profissão.

Durante a crise da ditadura brasileira, essa problematização toma força e a efervescência democrática propicia a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. É, portanto, somente no quadro da luta pela abertura democrática, que se constitui em um movimento muito mais amplo, de caráter nacional, que se torna possível instaurar o pluralismo político na profissão. Além disso, a Reforma Universitária ocorrida durante a vigência da ditadura, permite que o Serviço Social incorpore matrizes teóricas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, o que possibilita a quebra com a exclusividade do conservadorismo teórico e metodológico, e, com isso, o surgimento do pluralismo teórico. (NETTO, 1999)

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO, 2004, p.37)

Vale evidenciar que a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo ocorre de forma precária e, dado que não terá acesso diretamente a Marx, recai em um reducionismo do “marxismo de manual”. Entretanto, é a partir disso que se constituem as bases para que o posicionamento sócio-político da profissão questione sua prática institucional e se aproxime dos movimentos sociais, com o qual estabelecerá vínculo orgânico. (YAZBEK, 2009)

De acordo com Moro e Marques (2011), a aproximação da profissão com os setores populares ocorreu de forma tardia, dado que, como já exposto, o Serviço Social surge da doutrina social católica, através da atuação do Apostolado Leigo, da Ação Social e da Ação Católica. Pode-se dizer, portanto, que os primeiros movimentos sociais aos quais o Serviço Social brasileiro se vincula são de bases militantes católica. Entretanto, no contexto do fim da autocracia burguesa e com o Movimento de Reconceituação, a compreensão do assistente social enquanto componente da classe trabalhadora o leva a adotar alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, ampliando os espaços de participação e as aspirações democráticas da categoria profissional. Com isso, as autoras ressaltam que só foi possível pensar uma autocrítica profissional de negação às bases humanistas cristãs e às práticas assistencialistas, através de uma relação com os movimentos sociais – viabilizada pelo

afloramento das organizações dos trabalhadores e pela aproximação com a tradição marxista. (MORO; MARQUES, 2011)

Em 1983 criou-se a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), visando fortalecer o vínculo da profissão com as lutas da classe trabalhadora e encaminhar as demandas específicas da categoria. Assim, a sua relação com os espaços sócio ocupacionais da profissão e o estreitamento dessa entidade com as lutas pelos direitos sociais, potencializou a relação do exercício profissional com os movimentos sociais. É nesse sentido, a partir da organização política dos assistentes sociais como trabalhadores e junto deles, que se estabeleceu o vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais. (MORO; MARQUES, 2011)

O movimento de ruptura permitiu que a categoria aprofundasse a compreensão das implicações políticas da sua atuação, reconhecendo-as inseridas na dinâmica de luta de classes. Portanto, a ruptura representa uma opção teórico-prática em favor de um projeto coletivo de sociedade, no qual não se entende mais a ação profissional como algo a-histórico. (IAMAMOTO, 2004)

O posicionamento crítico – que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais – emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como respostas às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível à medida que o contingente profissional se expande e sofre as consequências de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. Nessa conjuntura político-econômica em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e o processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verificam-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como essa deve ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos “setores populares” e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. (IAMAMOTO, 2004, p.37-38)

Na década de 1990, com a tradição marxista como referência teórica hegemônica, ocorre a maturidade teórica do Projeto Ético Político do Serviço Social. Este, é afirmado a partir de leis e regulamentações que dão sustentabilidade institucional e legal à profissão, consolidando o movimento de ruptura com o conservadorismo. Nessa perspectiva, a elaboração do novo Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da profissão 8662/93 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social (1996) se configuram como parte desse marco profissional. (ABRAMIDES, 2007)

Isso ocorre concomitantemente à criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) que inicia um processo de ruptura com o assistencialismo e a benemerência, que se consolida com a constituição de 1998 no qual a Assistência Social passa a se afigurar como política pública e direito do cidadão. A LOAS reforça a necessidade da mudança de direção da profissão e – como já exposto – tem grande significância dado a relação orgânica entre a profissão e a assistência social (CISNE, 2012, p.60-62).

Entretanto, apesar de se afigurarem como grandes conquistas, Cisne (2012) ressalta que o embate com o conservadorismo profissional permanece, bem como a operacionalização da Assistência Social, enquanto política pública, possui caráter fragmentado e encontra uma série de limites. Além disso, a marca feminina e a responsabilização da mulher na assistência social permanece sendo uma realidade,

Percebe-se nitidamente a permanência dos modelos conservadores em torno dos papéis tidos como femininos, que provocam uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres, além de fazer perdurar a divisão sexual do trabalho que, dentre outras implicações, naturaliza algumas profissões como femininas acarretando a essas uma carga de subalternidade por extensão. (CISNE, 2012, p.68)

A autora também aponta uma contradição na marca feminina da profissão que – ao mesmo tempo que mantém determinado status, também permite a emancipação da mulher, por meio da perspectiva crítica da profissão. Entretanto,

Sabe-se, porém, que a emancipação das mulheres não depende simplesmente de sua inserção em uma profissão e dos avanços desta, uma vez que o Serviço Social é diretamente determinado e influenciado por processos sociais mais amplos. Em outras palavras, estando situado no foco do antagonismo e da luta de classes, o avanço do Serviço Social encontra-se diretamente vinculado à própria dinâmica da sociedade, ao nível de organização e confrontação dos movimentos sociais. No caso em apreço, o avanço do movimento feminista é fundamental para as conquistas alcançadas pelas mulheres por meio da profissionalização. Para tanto, um dos desafios do Serviço Social é continuar o seu embate às mais variadas formas de expressão do conservadorismo, inclusive, em suas novas roupagens. (CISNE, 2012, p.69)

De acordo com Netto (1999, p.17), a ruptura com o “monopólio” do conservadorismo – apesar da atual hegemonia marxista da profissão – não suprime as tendências conservadoras e neoconservadoras da profissão, uma vez que projetos societários e profissionais distintos permanecem em disputa. Para o autor, a ofensiva neoliberal constitui uma ameaça real à implementação do projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse sentido, Cisne (2012) coloca como um desafio o combate ao neoconservadorismo, que se coloca presente principalmente através do pós-modernismo. Tal vertente, que também possui grande influência no que concerne ao debate de gênero, se

constitui como conservadora por não expor as contradições estruturantes da sociedade capitalista e por negar a categoria trabalho como fundante do ser social. Ao negar a contradição capital x trabalho e ressaltar a “felicidade individual” em detrimento dos processos de enfrentamento coletivos, o pós-modernismo contribui para a consolidação do neoliberalismo e para o retrocesso no processo de renovação do Serviço Social (CISNE, 2012, p.72-75).

À percepção de Lisboa (2010), ainda que a categoria do Serviço Social seja constituída majoritariamente pelo sexo feminino, que corresponde a 95% das profissionais e tenha sua intervenção direcionada predominantemente a outras mulheres, existe um desencontro entre a profissão e as questões de gênero – para ela, o Serviço Social permaneceu distantes das lutas mais significativas do movimento feminista. Em concordância com os apontamentos de Cisne (2012) referente à responsabilização da mulher pela reprodução social, Lisboa (2010) dispõe que a vinculação com a doutrina social na trajetória do Serviço Social fortaleceu a perspectiva de naturalização da profissão enquanto uma carreira destinada às mulheres. Assim, a autora aponta para um descompasso entre a história da categoria e os estudos de gênero.

Além disso, a partir do movimento de ruptura, a incorporação da teoria marxista lançou uma “tendência homogeneizadora”, no qual a utilização de classes como uma categoria universal centraliza e prioriza o debate, em detrimento das relações de gênero, raça/etnia etc., que, apesar de se constituírem como demandas que emergem no cotidiano da prática, assumem caráter de análise subalterno no Serviço Social. (LISBOA, 2010)

De acordo com Lisboa (2010), a partir de 1990 o Serviço Social se aproxima dos movimentos feministas, dado que passa a engajar-se nas lutas das “minorias”, principalmente através das questões da violência contra a mulher, discriminação étnico-racial, homofobia, entre outras. Nesse período surgem núcleos de pesquisa voltados para a temática de gênero e em 2000 estabelecem-se eixos específicos que contemplam a temática de modo articulado com o Serviço Social nos encontros da categoria.

Entretanto, a aproximação dos assistentes sociais com o tema ocorre de modo fragmentado, no qual apenas algumas profissionais, de forma isolada, têm insistido na importância da transversalidade desse conceito na mediação teórica profissional. Desse modo, Lisboa (2010) acredita que na trajetória histórica do Serviço Social, existem mais desencontros do que encontros com a temática.

A autora evidencia que a academia também deve ser entendida enquanto uma instituição onde se estabelecem relações hierárquicas, de dominação e poder e, assim, pode perpetuar um saber hegemônico. Nessa perspectiva, o desencontro do Serviço Social com a perspectiva

feminista “contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina” (LISBOA, 2010, p.67).

Lisboa (2010) explicita que os estudos de gênero surgem com o intuito de questionar as formas de dominação. Uma vez que no cotidiano profissional nos deparamos com questões que necessitam de diferentes dimensões de análises para suas mediações teóricas, “gênero” também deve ser incorporado e utilizado como um aporte teórico significativo para a profissão. A apropriação do “tripé” classe social, gênero, raça/etnia, possibilita reflexões teóricas acerca de situações e demandas que surgem no cotidiano e no exercício profissional. Assim, a autora defende que a prática profissional deve ser mediada por diferentes concepções teóricas, que articulem as questões referidas.

[...] entende-se como necessário que as(os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitimem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história e constatando que o Serviço Social no Brasil tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe. (LISBOA, 2010, p.74)

Pela perspectiva de Lisboa (2010), a aproximação com os estudos feministas, em consonância com o projeto ético político profissional, avança e consolida a ruptura com o pensamento dominante e com o conservadorismo no Serviço Social. Dessa forma, a adesão do “tripé” e a adoção da transversalidade de gênero, se constitui enquanto respostas às demandas reais que surgem no cotidiano profissional e enquanto uma afirmação da identidade da categoria, composta majoritariamente por mulheres e destinadas majoritariamente às mesmas. Tendo em vista a trajetória histórica do Serviço Social e a marca feminina da profissão, faz-se necessária a incorporação da temática de “gênero” e desigualdade social entre os sexos, entendendo-a como componente da realidade social no qual as(os) profissionais e usuárias(os) se inserem.

3 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NO CAPITALISMO

Como já exposto, o Serviço Social surge a partir da demanda das classes dominantes para intervir nas expressões da Questão Social. Nesse sentido, a figura feminina é cooptada para servir aos interesses de manutenção e reprodução da ordem social, tanto enquanto profissionais como enquanto usuárias. Essa dinâmica delega à profissão sua marca feminina e a situa na divisão sexual do trabalho de maneira específica. Como será explicitado a seguir, as relações desiguais entre os sexos no capitalismo se configuram como expressão da Questão Social, objeto de intervenção profissional. Esses fatores se mostram determinantes para a compreensão do Serviço Social enquanto totalidade, e, portanto, as implicações e rebatimentos de “gênero” se configuram como elementos constitutivos da análise acerca das possibilidades de atuação e do significado social (e sexual) da profissão.

Com isso, esse capítulo se afigura como uma aproximação teórica acerca das relações sociais de sexo e de como “gênero” se manifesta na sociedade capitalista, a partir dos principais debates, categorias e conceitos que envolvem a temática. Cabe destacar ainda que é essa aproximação que possibilitará a compreensão de como a violência contra a mulher se expressa, a partir da análise do contexto no qual ela é gestada, legitimada e efetivada.

3.1 – DESIGUALDADE SOCIAL E DE SEXO NO CAPITALISMO

De acordo com Saffioti (1976), as relações desiguais de sexo não surgem no capitalismo, uma vez que essas já existiam em sociedades pré-capitalistas. Entretanto o capitalismo se apropria dessas relações, de forma que se reconfigurem e passem a operar de forma benéfica à acumulação do capital, atuando conforme as determinações centrais do modo de produção vigente. Dessa forma, a sociedade burguesa se apropria da disparidade entre os sexos de forma funcional à sua reprodução e, assim, podemos dizer que a questão de gênero se afigura como uma expressão da Questão Social. Portanto, na ordem do capital a opressão de gênero adquire características próprias.

Saffioti (1976) resgata, através da teoria marxista, as principais características do Capitalismo. O modo de produção material da vida se apresenta como fator determinante para a compreensão de como gênero se manifesta. Com o surgimento da propriedade privada surge também a necessidade de novas relações sociais, dado que antes a propriedade era apropriada coletivamente por todos. Nesse sentido, a articulação do sistema patriarcal com a ordem

burguesa servirá não só para classificar a divisão sexual do trabalho, mas também para hierarquizá-la.

Resumidamente, Cisne (2012) defende que as opressões são apropriadas pelo capitalismo de modo a assegurar os interesses dominantes e, portanto, possuem marcas de classe. Só é possível entender as opressões de gênero no seio da contradição entre capital e trabalho, ou seja, centralizando o caráter classista das desigualdades, opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras. Portanto, deve-se discutir gênero levando em consideração os fatores micro e macroestruturais de modo que a luta classista se afigure como ponto de convergência entre todos os movimentos que buscam o fim das desigualdades sociais.

A inserção da mulher no Capitalismo ocorre de maneira já subalternizada e propicia uma dinâmica contraditória. As mulheres das classes abastadas serão expulsas do mercado de trabalho, ficando responsáveis pela reprodução social, principalmente no âmbito da família. Já as mulheres da classe trabalhadora, serão absorvidas no mercado de trabalho como mão de obra barata, entretanto sem que deixem de ser também responsabilizadas pela reprodução social. A mão de obra das últimas, será utilizada como forma de intensificação da mais-valia absoluta, pois, a subalternização feminina na sociedade, permite que o capitalista intensifique o trabalho feminino, aumente a extensão da jornada de trabalho e pague salários mais baixos que os masculinos. (SAFFIOTI, 1976)

O capitalismo articula a exploração do trabalho com a dominação ideológica, potencializando a acumulação capitalista. Portanto, tendo em vista essa relação de potencialização mútua, podemos compreender o patriarcado, enquanto um dos esquemas estratificatórios, tal qual a estratificação racial, como indissociável do capitalismo.

Partindo-se da concepção de que toda sociedade apresenta uma infra-estrutura econômica e uma superestrutura ideológica, pode-se dizer que é na primeira que tem lugar o fenômeno classe social enquanto a segunda pertence o fenômeno estratificação social. Como infra-estrutura e superestrutura se influenciam mutuamente, há também ação e reação entre a estrutura de classes e o esquema estratificatório da sociedade. Isto significa que, se, por um lado, os esquemas estratificatórios originam das relações entre as classes, por outro, são alimentados pelos sistemas de valores da sociedade que, por sua vez, camuflam as estruturas de classes, obscurecendo a sua compreensão por parte dos homens que dela participam e, não raro, até mesmo por parte do investigador social. Às vezes, as raízes classes de estratificação social não podem ser facilmente apreendidas, quase sempre não são imediatamente dadas. É que, sendo a estratificação um fenômeno mais estável que as relações entre as classes (o que é lógico dada a relativa inércia dos fenômenos superestruturais), conserva-se mais ou menos a mesma, não obstante se terem transformado as condições que lhe deram origem. (SAFFIOTI, 1976, p.341-42)

Nesse sentido, o modo de produção capitalista potencializa todas as contradições presentes nos sistemas econômicos anteriores. O capitalismo durante seu período de

consolidação não absorve automaticamente todos os setores populacionais, além disso a própria constituição da sociedade de classes perpetua a exclusão de parte dos trabalhadores. Dessa forma, o capitalismo se apropria de fatores existentes anteriormente, de caráter natural, como sexo e raça/etnia, utilizando-os como válvulas de escape para as tensões geradas pelo sistema econômico, ou seja, como meios de desviar a atenção das contradições da própria estrutura de classes. Por consequência, estes passam a operar como mecanismos a favor da realização histórica e conservação da sociedade de classes. Ou seja, as estratificações organizam a sociedade capitalista, dando “corpo” e consolidando o modo social. Portanto, a estratificação a partir do sexo só possui sentido analisada em sua relação com as determinações essenciais do modo de produção, de modo que a essência dos fenômenos deve ser buscada na dinâmica das classes sociais³. (SAFFIOTI, 1976)

Conforme Saffioti (1976, p34), “pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas”, dado que o aumento da produtividade do trabalho também proporciona a expulsão das mulheres das atividades econômicas. Isso não significa que o trabalho feminino seja completamente descartado, entretanto a forma subsidiária que o trabalho feminino assume na sociedade capitalista já revela esse processo de marginalização. Assim,

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1976, p.35)

Com isso, a desigualdade entre os sexos ganha uma nova função no capitalismo, que a utiliza como forma de justificar a marginalização de certos setores. As mulheres da burguesia ascendente são afastadas do sistema produtivo, enquanto as mulheres da classe trabalhadora são incorporadas de forma periférica visando aumentar a exploração e o lucro capitalista. Portanto, a expulsão das mulheres serve para aliviar as tensões geradas pelo excesso de mão-de-obra, além disso forma também um contingente populacional economicamente inativo que pode ser mobilizado quando conveniente ao capital, favorecendo a maximização da exploração da força de trabalho tanto feminina quanto masculina. Assim,

³ Cabe ressaltar que, de acordo com Saffioti (1976, p.344), “várias estratificações podem coexistir numa mesma sociedade; não havendo lugar em cada formação social senão para *uma estrutura de classes*”.

Os mitos sobre a mulher, como os mitos sobre o negro, por diferentes que possam ser, do ponto de vista de seus conteúdos, e, principalmente, de suas legitimações, desempenham a mesma função essencial: visam a eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente. Neste sentido, pois, a mística feminina constitui verdadeiro requisito funcional da sociedade de classes. (SAFFIOTTI, 1976, p. 299)

A liberdade formal que se tem no capitalismo oculta os fatores naturais que os sujeitos sociais carregam no processo de competição - dessa forma, a condição da mulher na sociedade de classes possui duas contradições: uma que diz respeito a igualdade de status jurídico contrária a igualdade gerada pela divisão da sociedade em classes sociais, e outra que é decorrente do privilégio masculino presente em uma sociedade que havia se constituído, aparentemente, baseada na igualdade. Na situação da mulher têm-se, portanto, contradições próprias de formações sociais anteriores ao capitalismo e também próprias desse sistema. Ao mesmo tempo que no capitalismo eleva-se a produção e, assim, se anula a desvantagem da força física feminina em relação à masculina, ainda assim a sociedade de classes priva a mulher de igualdade. (SAFFIOTTI, 1976)

Engels (1984) acredita que a família monogâmica está profundamente relacionada com a propriedade privada. Para ele primitivamente a divisão do trabalho era divisão sexual do trabalho, de modo que na família monogâmica nasce a primeira oposição de classe com a oposição entre homem e mulher no casamento, assim a primeira opressão de classe se afigura como a opressão do feminino pelo masculino.

Em anuência com o autor, Cisne (2012, p.111) alega que “analisar, portanto, a divisão sexual do trabalho é indispensável para desvelar o antagonismo de classe e, concomitantemente, da opressão e exploração das mulheres”. Com isso, se faz necessário “desomogeneizar” a classe trabalhadora para que seja possível perceber as particularidades que a inserção da mulher no mundo do trabalho possui,

É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo. (CISNE, 2012, p.112)

Entretanto, para Saffioti (1976), apesar dos critérios biológicos e raciais se mostrarem úteis para justificar a estrutura classista do sistema capitalista, eles não constituem o

fundamento decisivo dessa formação social. As classes sociais são totalidades parciais que apresentam – ao menos em nível reprodutivo – certa autonomia, já as categorias de sexo não apresentam essa autonomia, dado que não são capazes de reproduzir a força de trabalho. O elemento comum entre as classes sociais e as categorias de sexo é a dominação, entretanto no caso das categorias de sexo a dominação apresenta muito maior amplitude. Nesse sentido,

Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro lado, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada. (SAFFIOTI, 1976, p.77)

Com isso, podemos entender que a família monogâmica tem relação com a propriedade privada, desde que não a vejamos como fonte exclusiva, já que existem formas de domínio que não derivam da propriedade privada.

Ainda segundo Saffioti (1976) o domínio dos homens sobre as mulheres não está diretamente relacionado a estrutura econômica da sociedade, mas acaba por servir aos interesses daqueles que detém o poder econômico. Os homens da classe trabalhadora também funcionam como mediadores no domínio sob as mulheres da mesma classe, facilitando os interesses da classe dominante.

Além disso, a maternidade involuntária constitui um fato tanto realmente impeditivo para o trabalho da mulher quanto uma justificativa para a marginalização do elemento feminino na estrutura da sociedade de classes. No entanto, essa incompatibilidade entre a estrutura da família e a incompatibilidade do trabalho da mulher fora do lar se constitui como uma necessidade do próprio sistema capitalista, que não possui capacidade de absorver o potencial de trabalho feminino. Então, para se manter a estrutura de classes haveria necessidade de se utilizar outros caracteres naturais que, se tornando marcas sociais, justificassem a marginalização de certas categorias sociais. É nesse sentido que podemos entender que o processo de emancipação feminino ocorre paralelo à emancipação do homem. (SAFFIOTI, 1976)

A divisão social em classes sociais impede a solidariedade entre a totalidade de mulheres, então, o cruzamento das determinações sociais entre classe e sexo, faz com que a inferioridade social da mulher não seja suficiente para levar a uma organização única do movimento feminista. De acordo com Saffioti (1976, p.85) “a solidariedade entre os elementos de uma categoria de sexo subordina-se, pois, à condição de classe de cada um”. Para a autora, a emancipação feminina é um problema complexo que não apresenta somente a dimensão econômica, por isso a luta anti-classista não pode perder de vista a condição singular da mulher.

Ainda seguindo essa lógica, Cisne (2012) acredita que a emancipação feminina é incompatível como o modo de produção capitalista, assim, o marxismo se afigura como a vertente teórica que proporciona uma ruptura real com o conservadorismo.

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, à ruptura com o capitalismo, a teoria marxista se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. (CISNE, 2012, p.96)

Da mesma forma que a apropriação do marxismo dentro do movimento feminista se mostra fundamental, é necessário que o marxismo incorpore o feminismo para que, dessa forma, também não recaia na homogeneização da classe trabalhadora – dado que não se pode pensar em gênero, raça/etnia e classe de formas isoladas (CISNE, 2012, p.99-100).

Com isso, as desigualdades de sexo e raça/etnia operam como mecanismos que impulsionam e respaldam a ordem social vigente e, assim, subalternizar esses debates implica em facilitar e fortalecer a manutenção do capitalismo. Portanto, como dito anteriormente, à vista da incorporação da desigualdade social baseada em caracteres naturais como sexo e raça pelo capitalismo, a totalidade social deve ser analisada, em uma perspectiva de rompimento com o conservadorismo, a partir do tripé indissociável composto por classe, gênero e raça/etnia.

3.1.1 Desigualdade Social e de Sexo no Capitalismo Brasileiro

O processo de apropriação das desigualdades de sexo no capitalismo, explicitada no item anterior, ocorre de maneira diferenciada no Brasil, devido à sua inserção no modo de produção capitalista, efetivada a partir de uma posição periférica e dependente, altamente marcada pela ordem “escravocrata-senhorial” vigente no período do Brasil Colônia. As relações de gênero se articularão de maneira mais explícita com as relações étnicas. Faremos, portanto, através da Saffioti (1976), um resgate breve dos principais elementos do período colonial que influenciarão nas desigualdades de gênero da contemporaneidade.

É preciso ressaltar que as opressões de gênero eram operadas para a mulher negra e escrava, para a mulher branca das camadas inferiores e também para a mulher da casa grande, entretanto a manifestação dessa relação diverge para cada uma delas, constituindo “parte de um sistema de dominação mais amplo”, no qual,

As relações de produção prevalentes na ordem escravocrata-senhorial e as inconsistências culturais do sistema de castas apresentavam-se como elementos decisivos dos papéis que as mulheres, de uma e de outra casta, desempenhariam na sociedade brasileira de então. (SAFFIOTI, 1976, p. 163)

Dessa forma, a mulher negra nessa sociedade era condicionada pela sua posição de escrava, enquanto um sujeito sem direitos. Cabia a ela, por ser uma escrava mulher, não só a função produtiva e de bens de serviço, mas também um papel sexual totalmente reificado. A mesma passava a ser vista, para além de interesses econômicos, enquanto um instrumento de prazer sexual do senhor. No entendimento de Saffioti (1976), a mulher negra, portanto, tinha sua exploração mais elevada do que a do escravo homem, uma vez que a mesma era utilizada como trabalhadora, como reprodutora da força de trabalho e através de serviços sexuais, que se estabeleceu como uma das funções regulares da escrava.

Por outro lado, a socialização da mulher branca era para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe de família – essa deveria se submeter, sem contestação, ao poder do patriarca, seja este o pai ou o marido. Socializava-se, dessa forma, a mulher para uma aceitação da completa supremacia masculina, tanto no grupo familiar quanto na sociedade em geral. A mulher branca só escapava do domínio extremamente rigoroso do pai ao se submeter ao domínio igualmente rigoroso de seu marido. A liberdade feminina, portanto, era cerceada e, dessa forma, a mulher branca deveria estar sempre reclusa no lar. (SAFFIOTI, 1976)

Entretanto, de acordo com a autora, para as mulheres brancas economicamente desprivilegiadas havia certa flexibilidade nessa socialização – ressaltando que estas também deveriam se submeter ao domínio do patriarca – havendo grande contingente dessas mulheres que eram encontradas em situação de prostituição. Esse fator mostra que, dependendo das condições econômicas da família, a reclusão no lar não havia como se consolidar e, portanto, a mulher em tais condições seria explorada e dominada de outras maneiras.

Com o desenvolvimento histórico da sociedade, diversas modificações se operam nessa relação e, dada a impossibilidade de abordar todas elas, cabe aqui analisarmos a contemporaneidade tendo em vista que, tanto os elementos do Brasil Colonial quanto o percurso histórico no desenvolvimento dessas relações, influenciam diretamente na particularidade brasileira das manifestações da categoria gênero no modo de produção vigente.

No que refere a essas transformações,

A abolição apresentou significados diversos para a mulher negra e para a mulher branca em virtude do fato de as mudanças operadas no sistema de estratificação em castas não serem acompanhadas, no mesmo grau, por mudanças na estratificação à base do sexo. Com efeito, a mulher negra ganha, com a deterioração da sociedade de castas, pelo menos a liberdade formal que lhe era negada anteriormente. Ascende, neste sentido, tanto quanto o ex-escravo. Situa-se abaixo deste, entretanto, do mesmo modo que a mulher branca, em virtude de não atingir, pelo processo de emancipação das <<raças negras>>, a plenitude dos direitos de pessoa humana. O ex-escravo seria, no novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto que a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, se a abolição constituiu uma

emancipação precária e incompleta para a mulher de cor, representou, para a mulher branca, uma descensão relativamente ao homem negro. Extirpada a divisão em castas da sociedade brasileira, a determinação sexo ganha novo sentido, constituindo-se, na sociedade de classes em formação, como o fora a raça na sociedade de castas e ainda o é, embora em menor grau, nas sociedades competitivas, no disfarce adequado das tensões sociais geradas pela implantação do sistema capitalista de produção plenamente constituído apesar de não desenvolvido. (SAFFIOTI, 1976, p. 177)

Segundo Saffioti (1976) o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista utiliza de critérios irracionais, como sexo e raça, para legitimação da ordem social de uma forma altamente positiva, porém sutil. Para ela, a formação capitalista como estágio mais avançado das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção explicita o fundamento econômico de si mesma e por isso precisa construir uma base mais ampla e elaborada sob o qual ocultar as suas contradições inerentes e injustiças sociais. Os critérios irracionais são apropriados de forma completa e racional pelo capitalismo, respaldando-o. O sistema econômico capitalista não é capaz de absorver toda a população trabalhadora, então, para a manutenção da ordem, se faz necessário elencar critérios (mesmo que irracionais) para selecionar os indivíduos “aptos” a exercer atividade remunerada e, assim, justificar a exclusão de parcela da sociedade, e perpetuar mecanismos motivacionais que ajustem os indivíduos para o desempenho de seus papéis sociais. Sob a justificativa da defesa da moral, do equilíbrio da família, da socialização das crianças e do serviço doméstico, o capitalismo imprime ao trabalho feminino caráter subsidiário e torna a mulher componente de grande percentual do contingente humano marginalizado das funções produtivas.

Nessa perspectiva, a autora também evidencia que a ideologia capitalista induz o pensamento de que houve um crescimento no contingente de mulheres economicamente ativas nesse modo societário e que, nele, a mulher possui liberdade para que, através da sua própria determinação pessoal, escolher entre a carreira profissional, o casamento ou a conjugação de ambos. Entretanto as funções domésticas colocadas para mulher inibem que elas sejam economicamente independentes. As funções divididas entre os sexos (entre funções domésticas e funções diretamente econômicas) gera independência econômica individual para o homem, sem que essa ocorra para a mulher. (SAFFIOTI, 1976)

Nos limites estruturais do capitalismo, a força de trabalho feminina representa, pois, dadas as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante e sua grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, as forças do passado histórico das sociedades que, redefinidas e reexploradas, operam como fatores sociais construtivos da nova estrutura econômica. (SAFFIOTI, 1976, p. 236)

Isso ocorre de modo que a marginalização de grande contingente de mulheres se transforma em força de trabalho potencial e, assim, regula o salário da mão de obra efetivamente empregado. Portanto a espoliação feminina é capaz de abaixar o valor de mão de obra em geral (SAFFIOTI, 1976). Além disso,

O problema do desemprego e do desemprego disfarçado revela-se, pois, muito mais sério nos países de economia dependente do que no centro hegemônico do sistema capitalista internacional. E, deste modo, a marginalização da força de trabalho feminina, muitas vezes explicada quase que exclusivamente em função de preconceitos e remanescentes de uma <<sociedade tradicional>> e do pequeno grau de desenvolvimento econômico, apresenta-se como decorrência da plena constituição das relações capitalistas de produção. (SAFFIOTI, 1976, p. 244)

Isso significa que a marginalização de grandes contingentes femininos favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos e auxilia a acumulação capitalista no país, se constituindo como um mecanismo da dominação capitalista. Para a autora, quanto mais se refina as técnicas de dominação mais sutilmente esse processo ocorre e, assim, mais sutilmente as mulheres são excluídas das atividades economicamente produtivas ou bem remuneradas.

Além disso, o desempenho das funções melhor remunerada, além de maior qualificação técnica, exige continuidade, condicionando o papel que a atividade ocupacional exerce na vida do trabalhador. Para a mulher, a realização de uma carreira está condicionada à compensação financeira e à compatibilidade com as atividades domésticas que são postas como atribuição da mulher na família. Com isso, a baixa qualificação técnica da mulher e a ausência de perspectivas na carreira potencializam mutuamente os contingentes de trabalhadores femininos no desempenho das funções mau remuneradas, bem como também limita o nível de aspiração do que tange a melhoria no preparo profissional e elevação dos rendimentos de seu trabalho. (SAFFIOTI, 1976)

Portanto, dado que o passado colonial influenciou fortemente o pensamento social brasileiro e que o mesmo se reconfigura de forma a atender o modo de produção vigente (modernização das relações sociais arcaicas), as transformações na organização da família patriarcal ocorrem de modo variado de acordo com fatores econômicos e regionais e, assim, a família urbana é a primeira a se adequar aos novos papéis, dada a necessidade da inserção feminina no trabalho. Desse modo, mesmo necessitando vender sua força de trabalho e, dessa forma, sair do âmbito exclusivamente doméstico, as mulheres permanecem sendo responsabilizadas pela manutenção e reprodução social. (SAFFIOTI, 1976)

Ainda que ocorra essa inserção feminina no mercado, essa ocorre em uma sociedade patriarcal no qual o papel da mulher é condicionado e hierarquizado pela divisão sexual do trabalho. Isso será perpetuado tanto no âmbito doméstico quanto na esfera do trabalho, criando, dessa forma, profissões que são tidas como tipicamente femininas. Esses espaços no mercado de trabalho são hierarquizados em relação aos espaços masculinos e, por isso, subalternizados e mal remunerados. Entretanto, é importante ter ciência de que essa hierarquia se classifica também de acordo com o fator étnico e econômico e, sendo assim, a mulher negra e periférica têm maior subalternização do que a mulher branca e economicamente estável. (SAFFIOTI, 1976)

É nessa perspectiva que Saffioti (1976) dispõe que a sobrevivência da “sociedade tradicional” brasileira auxilia a realização histórica do capitalismo no Brasil. A mentalidade tradicional que justifica o trabalho subsidiário da mulher não é fator de atraso ou retardo no desenvolvimento da economia brasileira, mas ao contrário, impulsiona, através da incorporação das desigualdades de sexo e raça/etnia, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos moldes de uma economia periféricamente situada.

3.2 GÊNERO, PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Podemos perceber, portanto, que as relações sociais de sexo no capitalismo adquirem contornos e funcionalidades específicas na manutenção e reprodução desse modo de produção. Nesse sentido, é necessário sinalizar o surgimento do termo “gênero”, bem como distinguir sua utilização, dado que, como veremos a frente, seu uso por si só não possui capacidade explicativa para abordar a desigualdade social entre os sexos nos marcos do capitalismo patriarcal.

3.2.1 Gênero e Patriarcado

Scott (1995) relata que o surgimento do termo “gênero” vem com as feministas americanas, no intuito de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo e, assim, contestar o determinismo biológico. Além disso, gênero também serve para demonstrar a questão relacional das definições normativas da feminilidade, ou seja, introduz a perspectiva de que não se poderia entender nenhum dos sexos por meio de estudos separados, já que ambos são definidos em termos recíprocos. Gênero passa a ser utilizado como um termo proposto pelas pesquisadoras feministas que acreditavam que a pesquisa sobre as mulheres, mais do que acrescentar novos temas, teria a capacidade de transformar os paradigmas disciplinares. Para

elas, o reexame crítico dos critérios dos trabalhos científicos resultaria na redefinição e alargamento da noção tradicional do que é considerado historicamente relevante (SCOTT, 1995, p.73).

Nesse sentido, segundo Scott (1995), o termo gênero nasce com o questionamento às grandes narrativas. Estas, ao evocar o termo, numa perspectiva histórica, o relaciona com classe e raça. A utilização dessas categorias, demonstrava a compreensão da organização das desigualdades em pelo menos três eixos. Entretanto, para a autora não há paridade entre os três termos: a categoria classe é fundamentada pela teoria marxista e implica em uma determinação econômica e na mudança histórica – visão na qual a história avança dialeticamente – enquanto raça e gênero não possuem tal equivalência. Para Scott (1995, p.73), “não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para a categoria de raça ou de gênero”.

Scott (1995) aponta que a história das mulheres possui um status marginal e que frequentemente é colocada em um domínio separado das outras temáticas. Assim, cria-se uma diferenciação entre a história dos homens e a das mulheres, retirando o protagonismo histórico das mulheres nas áreas de estudos “convencionais”, como a política, e relegando a “história da mulher” à uma subalternidade.

De acordo com a autora,

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causalidade social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa. (SCOTT, 1995, p.74)

Ainda conforme a autora, as abordagens de gênero se dividem em duas categorias: a descritiva – que não interpreta, explica ou atribui causalidade – e a que utiliza de ordem causal e, assim, teoriza sobre a natureza dos fenômenos e analisa a realidade. No que concerne à categoria descritiva, a utilização mais recente do termo “gênero” vêm sendo utilizada como substitutivo de “mulher”, isso ocorre para obter um reconhecimento político e acadêmico dos estudos feministas, dado que o termo possui uma conotação mais subjetiva e neutra (e, portanto, melhor aceita) do que estudos sobre a mulher. Para a autora: “‘Gênero’ parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, 1995, p.75).

Além disso, gênero também é utilizado – como já dito – para reforçar o caráter relacional, no qual qualquer informação sobre as mulheres também diz respeito aos homens, assim, o termo rejeita a ideia de esferas separadas. Gênero é utilizado, portanto, para designar as relações sociais entre os sexos de modo a contestar as explicações biológicas através da identificação dos papéis de gênero como construções sociais impostas sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995)

Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de "papéis sexuais", esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, p.76)

O uso descritivo de gênero também visa delimitar um novo terreno que se refere às áreas que envolvem relações entre os sexos. Entretanto, seu uso nesse sentido, apesar de apontar o caráter social das relações, não explicita as razões pelas quais a construção é feita dessa forma e nem aponta para mudanças. (SCOTT, 1995)

Portanto, foi identificado a necessidade de buscar por teorias capazes de explicar o conceito de gênero e apontar a mudança histórica. Entretanto, se colocava como desafio reconciliar as teorias, formuladas em termos universais, com a história voltada aos estudos da especificidade contextual e da mudança fundamental. O resultado dessa aproximação é visto pela autora como eclético, de modo a enfraquecer o poder analítico de uma teoria particular, e desconexo (SCOTT, 1995, p.76). Existe uma grande variedade de abordagens na análise de gênero, entretanto a autora apresenta três posições teóricas centrais: as origens do patriarcado, que afirma que as desigualdades são frutos da necessidade masculina em dominar as mulheres; a tradição marxista – voltada ao compromisso com as críticas feministas; e o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto, que utiliza a psicanálise para explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito. Sobre a vertente de tradição marxista, Scott (1995) acredita que a premissa de uma explicação material para a categoria de gênero tem limitado o avanço de novas linhas de análise. Para a autora, no marxismo o patriarcado se constitui como uma subcategoria que se desenvolve e modifica em função dos meios de produção e, dessa forma, a causalidade econômica sempre está em evidência em detrimento do patriarcado e da categoria gênero.

Os primeiros debates entre as/os feministas marxistas giram em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daquelas/es que sustentavam que "as exigências da reprodução biológica" determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo; a futilidade de se inserir "modos de reprodução" nas discussões sobre os modos de produção (a reprodução permanece uma categoria de oposição e não tem um status equivalente ao do modo de produção); o reconhecimento de que os sistemas

econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas naturais. (SCOTT, 1995, p.78-79)

Scott (1995) afirma que a primeira abertura conceitual surge com a marxista Joan Kelly que acredita que o sistema de gênero e os sistemas econômicos interagem visando produzir as experiências sociais e históricas, de modo que não havia uma relação de causalidade, mas sim que ambos os sistemas operavam simultaneamente. A abertura conceitual exposta por Scott (1995) se coloca no fato da existência do sistema de gênero ser compreendida como independente. Entretanto, permanecer nos padrões marxistas fez com que na teoria de Kelly os fatores econômicos fossem predominantes, assim, a autora ainda enfatiza a influência dos fatores econômicos na regulamentação do sistema de gênero. Resumidamente, Scott (1995, p.80) afirma que:

A dificuldade tanto para as/os feministas inglesas/es quanto para as/ os americanas/os que trabalham dentro do quadro do marxismo é evidente nos trabalhos que mencionei aqui. O problema que elas/eles enfrentam é o inverso daquele colocado pela teoria do patriarcado, pois, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um status analítico independente e próprio.

Em contraponto à Scott (1995), Saffiotti (2004) acredita que dominação-exploração ou exploração-dominação são faces de um mesmo processo, assim, quando consta apenas o termo dominação adota-se uma visão de sociedade tripartite, dividida nas esferas política, econômica e social. Esse pensamento tem filiação weberiana, no qual a dominação fica restrita ao terreno político e a exploração no terreno econômico. Ela ainda ressalta que alguns autores consideram os conceitos marxistas cegos para gênero, entretanto os conceitos da Sociologia em geral se afiguram como “sex-blind” sem que sofram de tal crítica, o que, para a autora, se configura como um componente ideológico. Os tipos ideais weberianos não consideram outras realidades distintas das que lhe deram origem e, portanto, são conceitos genéticos.

A preocupação teórica com gênero enquanto uma categoria analítica só surge no fim do século XX – ainda que anteriormente existissem pesquisas voltadas às desigualdades vivenciadas pela mulher, gênero, como um termo que representava um sistema de relações sociais ou sexuais, não era utilizado. Dado isso, houve certa dificuldade em incorporar o termo “gênero” às abordagens teóricas já existentes. Além disso, essa adoção também foi feita no intuito de reivindicar um terreno de definição capaz de realçar a insuficiência das teorias existentes para explicar as desigualdades (bem como sua natureza, origem e modo de manifestar) entre homens e mulheres. Assim, tem-se o debate polarizado entre aqueles que

defendem a “transparência dos fatos” e aqueles que acreditam que a realidade é interpretada e/ou construída historicamente. No seio desse debate, abre-se espaço tanto para a construção de uma “voz teórica própria” das feministas quanto para a obtenção de aliados políticos e acadêmicos. Assim, é nesse meio que gênero passa a se articular como uma categoria analítica. (SCOTT, 1995, p.85)

Segundo Scott (1995, p.85), “em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados”. Para isso, devemos nos ater à uma explicação baseada no significado (e não à uma causalidade universal), ou seja, articular o “sujeito individual” com a organização social, dado que ambos são necessários para a compreensão do funcionamento do gênero e sua mudança. A autora alega que é necessário desconstruir a ideia de poder social centralizado, sendo mais apropriada a definição de poder segundo Foucault, no qual as relações de poder são desiguais e constituídas em “campos de força sociais” (SCOTT, 1995, p.85-86). Para a autora,

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem -uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação. (SCOTT, 1995, p.86)

À vista disso, a definição de gênero elaborada por Scott (1995) possui duas proposições centrais, que apesar de relacionadas devem ser diferenciadas: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

Em relação à primeira, essa possui quatro elementos inter-relacionados no qual nenhum deles pode operar sem o outro. A autora ainda ressalta que eles não operam simultaneamente e tampouco representam simples reflexos um dos outros, cabendo à pesquisa histórica descobrir de que modo eles se relacionam efetivamente. O primeiro elemento é constituído pelos símbolos culturais que evocam representações simbólicas; o segundo são os conceitos normativos que expressam as interpretações dos símbolos – estes são expressos nas instituições que reproduzem o pensamento dominante, ou seja, doutrinas religiosas, educativas, políticas etc. – através de uma oposição binária fixa que afirma o significado do masculino e feminino. A autora enfatiza que esses conceitos normativos podem ser contestados, entretanto são retratados como se fossem fruto do consenso social (e não do conflito) e, assim, são naturalizados como a única

opção possível. Nesse sentido, ela aponta como um desafio para a “nova pesquisa histórica” desmistificar essa noção de fixidez. (SCOTT, 1995, p.86-87)

O terceiro elemento consiste nas instituições e na organização social. De acordo com Scott (1995), alguns pesquisadores restringem o uso de gênero apenas ao sistema de parentesco, centrando o estudo de gênero no lar e na família como base da organização social. Entretanto se faz necessário uma visão mais ampla que inclua também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político, dado que “o gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco” (SCOTT, 1995, p.87).

O quarto fator que compõe a primeira proposição é a identidade subjetiva. De acordo com a autora a psicanálise viabiliza uma teoria importante sobre a reprodução de gênero a partir do processo de “enculturação” dos corpos biológicos, contudo não se deve entender tal teoria como universal – excluindo os aspectos anteriormente citados – dado que, caso a psicanálise desse conta de explicar as desigualdades de gênero por si só, não haveria relevância na investigação histórica (SCOTT, 1995, p.88). Assim,

Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. (SCOTT, 1995, p.88).

Com isso, Scott (1995) acredita que o esboço por ela proposto, constituído por esses elementos, também pode ser utilizado para examinar qualquer processo social, incluindo classe e raça/etnia.

A segunda proposição afirma gênero enquanto um campo primário pelo qual o poder é articulado, assim, Scott (1995, p.88) acredita que as desigualdades entre os sexos, ainda que não seja o único campo, vêm sendo uma forma recorrente de “possibilitar a significação do poder”. Para ela, os conceitos de poder – por mais que sejam baseados em gênero – não necessitam se referir ao gênero em si, uma vez que “estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p.88). Nessa perspectiva, gênero se torna parte componente da construção do próprio poder, de modo a legitimar as distribuições de poder na sociedade através de conceitos que orientam tanto a política como as crenças individuais. Dessa forma,

Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e que a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação. O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p.89)

Isto posto, a mesma acredita que a categoria de gênero pode ser utilizada para a análise histórica inclusive em relação às questões relacionada à política e ao poder. De acordo com Scott (1995, p.89) gênero tem servido na política para justificar ou criticar reinados/governos e para expressar a relação entre governantes e governados, seja de modo literal ou não. Para a autora, a teoria política não reproduz simplesmente a organização social – as mudanças nas relações de gênero também podem ser moldadas de acordo com as necessidades do Estado. Nessa perspectiva, não é possível analisar as ações de controle sobre a mulher (e sobre a família) de forma dissociada da construção e consolidação do poder.

Gênero compõe uma parte fundamental da organização das desigualdades, uma vez que “as estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher” (SCOTT, 1995, p.91). Assim, mesmo que os discursos não sejam objetivamente sobre gênero, elementos generificados são utilizados para reforçar (ou refutar) determinadas ideias.

A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p.92)

A autora deixa evidente que os conceitos de gênero estruturam a sociedade (incluindo o sistema político e as manifestações de poder) e, portanto, desconstruí-los põe em xeque a organização social atual enquanto um todo. Por outro lado, isso também evidencia que a transformação societária é capaz de revisar os termos de gênero, no intuito de buscar novas formas de legitimação que não sejam baseadas na desigualdade entre os sexos. Contudo, isso não se constitui como uma obrigatoriedade, dado que, de acordo com Scott (1995, p.92-93), os símbolos culturais podem ser reinterpretados de modo que as antigas noções de gênero possam

validar um novo sistema. Com isso, a transformação societária não garante por si só o fim das desigualdades de gênero.

Por fim, a Scott (1995) acredita que gênero é uma categoria fundamental de análise, capaz de trazer novas questões que

[...] fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p.93)

Entretanto, a adoção do termo “gênero” suscitou polêmicas, justamente pela “neutralidade” que o legitima academicamente. Ao contrário da “história das mulheres”, que coloca posição ao assumir a mulher enquanto sujeito histórico relevante, o termo “gênero” não implica em tomar partido sobre as desigualdades de poder, assim, gênero, por incluir as mulheres sem nomeá-las, não apresenta ameaça (SCOTT, 1995). Cabe destacar que essa suposta neutralidade do termo se configura como uma das problemáticas no que concerne ao seu uso isolado.

Cisne (2012, p.77) concorda que os estudos de gênero surgem com o intuito de discutir a opressão feminina, de modo a desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, entendendo-as como fruto de construções sociais determinadas pelas relações sociais. Entretanto, para a autora, gênero não se constitui enquanto categoria – e sim como conceito – dado que por si só não explica a realidade social, ainda que a componha. É nesse sentido que a autora também critica as matrizes teóricas pós-estruturalistas, pós-modernas e desconstrutivistas – visto que nelas o conceito de gênero tende a descentralizar o debate da mulher, distanciando os debates de ações articuladas com os movimentos feministas, e generalizar a opressão por elas vivenciadas, desconsiderando outros fatores estruturantes. Para a autora a análise crítica do conceito de gênero se mostra fundamental para romper com a dicotomia sexo/gênero e, principalmente, para negar uma identidade homogênea que desconsidera categorias como classe, raça, faixa etária e nacionalidade (CISNE, 2012, p.83).

Sobre a centralidade da mulher, Cisne (2012) não desconsidera a importância do debate, entretanto o crescimento das discussões voltadas para “masculinidades” ocorre em detrimento do debate referente às condições da mulher na sociedade, e, assim, o conceito de gênero se afasta da ação política voltada a desconstrução da opressão da mulher na sociedade.

Muitas feministas estão voltando seus estudos e sua militância para essas novas abordagens, quando a realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece enormemente precarizada. E, apesar dessa precariedade, muitas não percebem sua condição de mulher, subordinada e explorada nesta sociedade, o que contraria a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária. (CISNE, 2012, p.84)

Isso ocorre, principalmente, pela desarticulação do conceito de gênero com as outras contradições do modo de produção capitalista – dado que ao desconsiderar fatores como classe e raça – tem-se a falsa sensação de que já se alcançou certo patamar de igualdade. De acordo com Cisne (2012, p.85), “são as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, as mais atingidas por este modelo econômico e cultural da sociedade pois elas são exploradas, oprimidas, discriminadas pelo sexo e pela classe”, assim o conceito de gênero só pode ser compreendido de modo articulado com as outras formas de dominação.

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro-determinações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade uma gays e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. Em outras palavras, a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante. (CISNE, 2012, p.87)

Assim, Cisne (2012) ressalta que os movimentos sociais devem se nortear pela luta de classes, dado que todas as opressões serão perpassadas pela mesma, sem que se desconsidere outras especificidades, de modo que

A articulação entre classe e essas dimensões não é contraditória com as lutas ditas específicas. Primeiro, porque dentro da ordem metabólica do capital essas dimensões não se dão nem se encontram dissociadas de seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados a assegurar os interesses dominantes; segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários – que não cedem espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações – antes, garantem aos sujeitos sociais o direito da livre expressão de suas subjetividades. (CISNE, 2012, p.88)

Já Saffioti (2004), em concordância com Scott (1995), acredita que o poder seja central na discussão de gênero, entretanto ela ressalta que o poder pode ser democraticamente partilhado – gerando liberdade – ou exercido unilateralmente, criando desigualdade. Assim, a autora acredita que o fortalecimento das mulheres como categoria social pode ser entendido como a primeira forma descrita, entretanto o fortalecimento individual é apropriado de modo

meritocrático pelo neoliberalismo, uma vez que apenas algumas mulheres são utilizadas como exemplos para responsabilizar as mulheres de modo geral por sua subalternidade.

Gênero é historicamente anterior as classes sociais, entretanto ele se reconstrói e constrói juntamente com a nova maneira de articular as relações de poder em classes sociais. O surgimento das classes sociais, intrinsecamente ligada ao surgimento do capitalismo, não ocorre de mesma maneira de gênero. A emergência das classes sociais impõe uma série de transformações do gênero e, do mesmo modo, as classes sociais já surgem como um fenômeno engendrado, ou seja, com a marca de gênero. Para complementar deve-se amarrar ambos também com o racismo, formando o “nó” composto por estas três contradições que possui determinações distintas do que quando individualmente analisadas, assim cabe “perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão” (SAFFIOTI, 2004, p.115) que impõe uma situação mais complexa à realidade das mulheres.

Entretanto,

Se o esquema de dominação patriarcal põe domínio, a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases. Eis aí a contradição que perpassa as relações homem-mulher na ordem patriarcal de gênero. (SAFFIOTTI, 2004, p.118)

A dominação patriarcal nas sociedades contemporâneas não se estrutura mais a partir de comunidades no qual o poder político independe do Estado. O termo patriarcado é útil pois engloba outros termos que poderiam ser utilizados em seu lugar sem necessitar de uma explicação prévia, além disso exprime a força da instituição patriarcal, ao passo que representa uma estrutura bem engendrada, no qual nem a ausência do patriarca impede o funcionamento da máquina do patriarcado – o patriarcado pode ser acionado por qualquer pessoa, inclusive por mulheres, que colaboram na sua manutenção. Além disso, a Saffioti (2004) dispõe que existem profissões com o intuito de enquadrar seus subordinados nos moldes do patriarcado. Nesse sentido podemos pensar no surgimento do Serviço Social como uma dessas categorias profissionais.

Entretanto, Saffioti (2004) salienta que a utilização do conceito de patriarcado não significa negar as diferenças na subalternização feminina de acordo com o tempo histórico. Existem diferentes graus na dominação-exploração do homem sob a mulher no patriarcado, entretanto a natureza do fenômeno permanece a mesma. A autora acredita que os estudos sobre a mulher não devem ceder inteiramente espaço para os estudos sobre gênero, uma vez que estes são capazes de fortalecer a categoria bem como apreender o caráter histórico do patriarcado.

Saffioti (2004, p.104) utiliza a definição de Hartman (1979) de patriarcado como um pacto masculino afim de estabelecer (e manter) o controle sobre as mulheres. Isso garante que os homens assegurem para si e seus dependentes os meios necessários de produção e reprodução da vida, o que explicita que a ordem patriarcal possui uma economia domesticamente organizada. Além disso entre os homens também há uma hierarquia, como as faixas etárias, que compõe essa organização, no qual cada um desempenha determinadas funções sociais. Ainda,

A hierarquia apoiada na idade, entretanto, não é suficiente para impedir a emergência e a manutenção da solidariedade entre os homens. Tampouco o são, de forma permanente, as contradições presentes nas classes sociais e no racismo. A interdependência gerada por estas duas últimas clivagens e a solidariedade entre os homens autorizam os especialistas a antecipar a determinação, em maior ou menor grau, do destino das mulheres como categoria social. (SAFFIOTI, 2004, p.105)

Para Saffioti (2004), as mulheres no patriarcado são objetos de satisfação sexual e reprodutoras da força de trabalho. Esse fator, de prestadora de serviços sexuais aos seus dominadores, difere também a sujeição das mulheres das outras sujeições. Assim, a opressão (constituída pela dominação-exploração) não pode ser entendida como uma simples somatória, mas sim como uma realidade nova. Nesse sentido,

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. [...] A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. (SAFFIOTI, 2004, p.106).

O patriarcado é definido por Saffioti (2004) como “enovelado” com as classes sociais e racismo, além disso ele não apresenta apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas também uma contradição, dado que a preservação do status se afigura como interesses dos homens e a transformação social na direção da igualdade social como interesses femininos, assim não há conciliação dos interesses. Isso demonstra que ampliar o campo de atuação da mulher não é suficiente para eliminar a dominação-exploração das mulheres pelos homens, dado que mesmo com a ascensão feminina a natureza do patriarcado permanece. A contradição, portanto, não pode ser findada sem transformações radicais no modo societário.

Ressalta-se a elaboração social dos sexos, entretanto a dicotomia entre sexo (biológico) e gênero (socialmente construído) deve ser eliminada. Estes compõem uma unidade, uma vez que não existe sexualidade biológica independente do contexto social. O ser humano deve ser visto como totalidade, sexo e gênero, portanto, são indivisíveis. (SAFFIOTI, 2004)

Gênero é entendido, nesse sentido, como algo muito mais vasto do que o patriarcado, uma vez que gênero compreende também relações igualitárias e patriarcado diz respeito as relações hierárquicas. Dessa forma patriarcado se afigura como um caso específico das relações de gênero, fator que explicita novamente o patriarcado como fenômeno histórico. Saffioti (2004) enfatiza a relevância que Lerner atribui ao controle, uma vez que o ser social ao complexificar muda a sua relação tanto com a esfera ontológica orgânica quanto com a inorgânica e, assim, a necessidade de dominar e controlar a natureza impõe a necessidade de dominar a reprodução – fator que culmina na dominação-exploração da mulher. Com isso, o patriarcado se baseia no controle e no medo, que permeia todas as áreas de convivência social. (SAFFIOTI, 2004)

Não existe nas sociedades ocidentais urbanas sistema mais amplo ou abrangente do que o sistema patriarcal, uma vez que pessoas podem se situar fora do sistema de dominação-exploração das classes sociais e de raça/etnia, mas não de gênero patriarcal. Dessa forma, não utilizar o conceito de patriarcado fortalece essa exploração-dominação, já que a invisibiliza. (SAFFIOTTI, 2004)

O patriarcado serve aos interesses dos grupos e classes dominantes e o sexismo não é simplesmente um preconceito, mas sim o poder de agir de acordo com ele, uma vez que o portador do preconceito está investido de poder, possuindo legitimidade perante a sociedade. O sexismo tem dimensão material – a ideologia se corporifica, em sentido literal e figurado. Além disso, sexismo e racismo são fenômenos semelhantes e surgem no mesmo período histórico – quando um povo conquistava outro, os homens, por representarem ameaça, eram assassinados, enquanto as mulheres eram preservadas para servir à três propósitos: força de trabalho, reprodução da força de trabalho e prestadora de serviços sexuais. Assim, existe uma base material da desigualdade de gênero, dado que

Esta constitui uma prova cabal de que o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita. (SAFFIOTTI, 2004, p.125)

Portanto o “nó” cria uma nova realidade formada pelas três estruturas já citadas, no qual, apesar de existir certa mobilidade para cada uma delas, não atuam livre e separadamente.

No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) – historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004, p.125)

No entendimento de Pateman (1993), o patriarcado é uma forma de poder político. Entretanto, o pensamento político moderno considera o patriarcado, e conseqüentemente o direito patriarcal, extinto há mais de trinta anos. A partir dos anos 60, o movimento feminista retoma o uso de “patriarcado”, utilizando-o em muitos sentidos. Para ela, patriarcado se afigura como “o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (PATEMAN, 1993, p.39). A autora acredita que não nomear equivale a jogar na obscuridade, o que justifica a importância de falar em patriarcado.

As “interpretações patriarcais” acerca do conceito de patriarcado, em seu sentido literal, colaboram para seu desuso, uma vez que as teorias do contrato social, explicitada pela autora principalmente através de Locke e Filmer, suprimem a história do contrato sexual fazendo com que, assim, o significado da separação entre família e política ou de público e privado não seja esclarecido. Para ela, as leituras tradicionais de Locke e Filmer consideram a sociedade moderna pós-patriarcal, dado que, ao ser reduzido às primeiras relações familiares pelo domínio político, o patriarcado se configura enquanto uma sociedade pré-moderna e familiar. No modelo de igualdade liberal não está incluso status iguais para homens e mulheres, assim, as relações de dominação do homem sob a mulher são ocultadas ao se tomar o patriarcado como símbolo do poder paterno. Ainda segundo ela, pensar em poder paterno, colocando em igualdade o poder da mãe e do pai sob as crianças, mascara a relação de poder entre marido e esposa (PATEMAN, 1993, p.42).

O poder do homem é fruto do poder conjugal e do direito sexual masculino, ou seja, o poder se constitui enquanto “homem” e não enquanto pai. Patriarcado, quando utilizado em seu sentido literal, é compreendido como direito paterno ou “governo do pai”, assim, tem-se o pressuposto de que as relações patriarcais são familiares e naturais, como se fossem características universais da sociedade humana. Por essa lógica, a gênese da família patriarcal é vista como origem social e política da vida social, tem-se, portanto, a visão de que a origem

do patriarcado compõe o mesmo processo da origem da sociedade. De acordo com os teóricos do contrato, a sociedade civil é criada a partir de um contrato original, assim o mundo do contrato, civil e público, capitalista rompe com o patriarcado, modelo do mundo antigo e da esfera familiar, paternal, natural e privada. (PATEMAN, 1993)

Pateman (1993) alega que existem três tipos de argumentação patriarcal não excludentes entre si. O primeiro, pensamento patriarcal tradicional, associa o patriarcado ao regime paterno e, assim, a família sob o comando paterno passa a se configurar como um modelo ou metáfora para as relações de poder. Nessa perspectiva a sociedade política nasce a partir da família patriarcal (ou da reunião de muitas famílias). O segundo, protagonizado por Filmer, rompe com o pensamento tradicional ao entender que os poderes políticos e paternos não são análogos, mas sim idênticos. Assim, essa argumentação é a primeira que desenvolve uma teoria extensa de direito e obediência política, justificando a monarquia absoluta – uma vez que os filhos já nascem submetidos aos pais, o direito político se constitui como natural e, portanto, não envolveria consentimento ou contrato.

Já a argumentação de patriarcado moderno entende o mesmo como contratual e estruturante da sociedade civil capitalista. Contudo, para Pateman (1993) essa perspectiva gera confusão ao identificar as origens do patriarcado (ou do desenvolvimento da família patriarcal) como origem da sociedade humana ou civilização. O grande problema contido aí é que sociedade humana e civilização não são sinônimos, tendo em vista que “civilização” diz respeito a uma forma histórica e cultural específica, vinculada à emergência da sociedade civil. Nesse sentido, alguns teóricos do contrato acreditam que a família patriarcal seja a primeira forma social e, portanto, natural – proporcionando, a partir da família, o desenvolvimento da sociedade civil e política. A primeira fase de discussões sobre o patriarcado gira em torno do poder paterno e não do direito sexual.

Em 1861 inicia-se a segunda onda de debates, representada no texto pelas teorias de Maine e Bachofen, no qual objetivava-se apreender as origens da família patriarcal ou da civilização. De acordo com Pateman (1993, p.47), Rosalind Coward argumenta que a segunda onda tem como objeto a natureza das alianças políticas e sociais, entretanto Pateman (1993) acredita que isso não significa que a discussão não tinha como objetivo também as relações sexuais e conjugais. Para Maine, a família patriarcal (forma social original) não era natural, mas sim convenção, dado que o parentesco sanguíneo não se configurava como o único fundamento possível do funcionamento da comunidade. Assim, não havia distinção entre a “ficção da adoção” e a realidade do parentesco, sendo que o fator que mantinha as famílias unidas não era o laço sanguíneo, mas sim os laços entre os membros formados a partir da

obediência ao chefe patriarcal. Isso significa que essa perspectiva entende que o direito paterno absoluto era baseado em uma ficção e, assim, não era natural. O autor entende a família patriarcal como originária da sociedade civil moderna, entretanto não está preocupado com o modelo anterior, mas sim com o modelo que surgirá depois da família patriarcal. Nas sociedades progressistas a família patriarcal começa a deixar de ser a unidade constitutiva da sociedade, dado que as relações passam a ocorrer por acordos “livres”, entretanto no que concerne a mulher, a esposa permanece sob a tutela do marido.

De acordo com Pateman (1993, p.46) “a interpretação patriarcal do “patriarcado” como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação marido e esposa”. O direito conjugal é constituído antes do direito paterno, uma vez que o contrato de casamento entre a esposa e o marido ocorre primeiro, assim o poder do pai e da mãe obscurece o direito sexual masculino nas relações entre homem e mulher.

A autora relata que o movimento de mulheres provocou um aumento nas teorias sobre as origens do patriarcado e o processo que culminou na “derrota mundial e histórica do sexo feminino” (PATEMAN, 1993, p.50), assim surgem duas ondas de especulações sobre as origens. A primeira supõe que a vida social era baseada no poder materno, dado que a descendência era matrilinear por não haver reconhecimento do poder paterno. A subversão do direito materno ocorre com o reconhecimento da paternidade. A maior parte das interpretações relacionam o reconhecimento da paternidade com o exercício da racionalidade e com a origem da civilização e, assim, representa o “trinfo social e cultural” (PATEMAN, 1993, p.50). Cabe ressaltar que na sociedade matrilinear as mulheres não dominavam os homens e, portanto, o “matriarcado” nessa perspectiva não é o inverso do patriarcado. A segunda, representada por Lerner, entende que tanto os homens quanto as mulheres participaram da criação do patriarcado. Pela ótica de Lerner, a “proteção do patriarcado” só pode ocorrer caso exista alguma sociedade no qual as mulheres tenham poder sobre o homem, entretanto isso não significa afirmar que a posição social ou autonomia da mulher tenha sido sempre a mesma, dado que as condições da mulher variam de acordo com a época e a cultura (PATEMAN, 1993, p.51).

De acordo com Pateman (1993), muitas feministas defendem o abandono do termo “patriarcado” por alegar a a-historicidade do conceito que, nessas interpretações, tende a negar a variedade das condições da posição social feminina, reforçando uma estrutura fixa e biológica. Ainda segundo a autora,

Quando “patriarcado” é utilizado nesse sentido, a singularidade da ordem civil desaparece e formas pré-modernas parecem ter sido mantidas até hoje [...] A história do contrato original, inclusive as versões encontradas nos escritos de Freud, confirma que o “parentesco” se tornou arcaico há muito tempo. A vitória da teoria do contrato

sobre o patriarcalismo clássico assinalou o fim de uma ordem social estruturada no parentesco e no governo do pai. A sociedade moderna é estruturada pelos vínculos convencionados e universais do contrato, e não pelos vínculos particulares e imputados do parentesco. No mundo moderno, o “parentesco” foi transformado na “família”, a qual tem seu princípio de associação e sua localização próprios na esfera privada, separada da sociedade “civil” pública. (PATEMAN, 1993, p.52)

Quando ocorre a interpretação literal do “patriarcado”, acaba-se por entender a sociedade capitalista como pós-patriarcal, já que essa se afigura como a “sociedade do contrato”. Cabe ressaltar que o conceito de contrato enquanto estruturante da sociedade difere de outros contratos anteriores, a história do contrato original aparenta incorporar todos na nova ordem civil, de forma universal – fator que não ocorre na realidade. Lerner afirma que a base do patriarcalismo é um contrato que troca submissão por proteção, sendo o homem provedor do sustento econômico e da proteção em troca da submissão completa feminina, o que dá a entender que a dominação paternalista pode tomar forma de um contrato moderno. Todavia, para Pateman (1993) essa é uma forma inadequada de retratar o patriarcado contratual moderno.

Pateman (1993) acredita que, ainda que exista interpretações paternas do patriarcado, as feministas não abordam o tema, cabendo aos filósofos debater sobre tal como modo de analisar a conduta do Estado, de modo que

Tal visão da relação entre paternalismo, contrato, patriarcado e status depende também de uma interpretação patriarcal do patriarcado como poder paterno, como um aspecto do velho mundo do status interferindo e distorcendo o novo mundo do contrato. Essa visão também depende de uma persistente supressão da história do contrato sexual. A tomada simultânea pelos filhos de ambas as dimensões do derrotado direito político do pai, seu direito sexual bem como seu direito paterno, não é mencionada. O antipaternalismo dos contratualistas parece, portanto, ser antipatriarcal. Além disso, tratar o patriarcado como paternalismo (ou ver o Estado como um pai) também apazigua a enorme diferença entre as relações pai-criança e as relações patriarcais entre homens e mulheres adultos. [...] O rótulo “paternalismo” dirige a atenção para as relações familiares e ajuda a impedir o questionamento das relações contratuais entre homens e mulheres. (PATEMAN, 1993, p.56)

A família é frequentemente identificada com o patriarcado, o que perpetua a associação que o âmbito privado e familiar faz parte do mundo feminino, correspondendo ao seu papel social, o que, inclusive, acarreta à uma culpabilização da mulher (enquanto responsável pela educação e socialização dos filhos) pelas diferenças entre os sexos. Para Pateman (1993, p.57-58) “o sentido e o valor atribuídos à maternidade na sociedade civil são, ao contrário, uma consequência da construção patriarcal da diferença sexual, enquanto uma diferença política”.

Pateman (1993) acredita que o poder da criação política é identificado como masculina e que a história do contrato original conta a história do nascimento político masculino, uma vez que as mulheres já foram destituídas de tal poder, o poder criador político deixa de ser apenas

do pai para ser distribuído entre os homens: “Na sociedade civil, todos os homens, não apenas os pais, podem gerar a vida e o direito políticos. A criação política não é própria da paternidade, e sim da masculinidade” (PATEMAN, 1993, 61).

Conforme a autora, pensar no capitalismo como uma sociedade pós-patriarcal implica em negar as formas de subordinação civil não capitalistas ainda presentes na sociedade do contrato.

O patriarcado parece, então, anteceder o capitalismo, existindo atualmente num certo sentido, interior ou paralelamente, ou ainda como um complemento, às relações capitalistas. As explicações feministas mais influentes sobre a conexão entre as duas formas sociais apoiam-se no chamado argumento de estrutura dual; o patriarcado e o capitalismo são vistos como sistemas autônomos. Às vezes o patriarcado é visto como uma estrutura ideológica e psicológica; outras vezes como um conjunto de relações sociais materiais, distinto das relações sociais capitalistas. (PATEMAN, 1993, p.62)

Em contraponto, Pateman (1993) afirma que não há sentido em defender dois sistemas, uma vez que o capitalismo é patriarcal. De acordo com ela, evidenciar o contrato sexual permite mostrar que a sociedade civil capitalista possui uma estrutura patriarcal.

Em concordância com Pateman (1993), Saffioti (2004) entende que o contrato não se contrapõe ao patriarcado, mas sim que consiste na base do patriarcado moderno. Assim, cai por terra a ideia de que o contrato social é distinto do contrato sexual. O direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Pateman mostra que a diferença sexual é convertida em diferença política – o patriarcado, portanto, é expressão do poder político. A supressão do contrato sexual no contrato social faz com que a mulher não adquira o mesmo patamar que o homem na sua consolidação em indivíduo e, portanto, sujeito cidadão. O capitalismo se apropria da desvantagem feminina, bem como com as demais discriminações, como o racismo, e a torna funcional.

Por essa perspectiva, não se pode cair em um dualismo, ou seja, não existe de um lado a dominação patriarcal e de outro a exploração capitalista – ele compõe um mesmo processo, sem que haja precedência entre os dois. Saffioti (2004) também concorda com o argumento de Pateman de que a consciência que as mulheres têm de si não vem só da socialização que receberam, mas também da sua inserção na vida social enquanto mulheres/esposas e, com isso, é composto por vivências concretas. As mulheres adentram a vida social de forma subalterna e, assim, a submissão feminina assegura o direito patriarcal dos homens.

Portanto, Saffioti (2004) alega que o uso exclusivo de “gênero” é, ao contrário da sua aparente neutralidade, ideológico – ou seja, funcional ao patriarcado. A mesma defende a sua utilidade, uma vez que constitui um conceito muito mais amplo que o patriarcado, se usado em

conjunto com o último, mas não a substituição de um conceito por outro. Gênero é constituído pela diferença sexual que passa a ganhar significado social como referência para articulação das relações de poder. Assim, gênero constitui uma categoria ontológica, sem que ocorra o mesmo com o conceito de patriarcado. Além disso, gênero se situa no campo da história, mas não pode ser completamente separado do sexo, pois também está inscrito na natureza – gênero e sexo possuem um vínculo orgânico. Da mesma forma não se pode reduzir sexo à um fenômeno simplesmente biológico, até porque é por meio da cultura que o sexo se expressa, sexo, por meio do gênero, aparece vinculado ao poder.

Utilizar o conceito de gênero sozinho impõe reforçar a ideologia patriarcal, que dá cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres abaixo dos homens – que é justamente ao que o patriarcado diz respeito. Assim, utilizar gênero exclusivamente oculta o direito patriarcal e – dessa forma – o alimenta.

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explicito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem se o objetivo das(os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade? (SAFFIOTI, 1997a apud SAFFIOTI, 2004, p.139).

Com isso, “gênero” indica o caráter social das relações entre os sexos, se afigurando enquanto um conceito útil e necessário para a análise. Entretanto, o termo por si só não é capaz de indicar as desigualdades entre os sexos, já que se constitui ontologicamente como qualquer relação social entre os sexos, incluindo, portanto, relações igualitárias. Como já explicitado, ao negar ou omitir o patriarcado, dá-se força à dominação-exploração masculina sob a mulher. Faz-se necessário, portanto, situar no debate o patriarcado, como categoria explicativa que evidencia o vetor de dominação-exploração nas relações sociais de sexo. Deste modo, o capitalismo se estrutura especificamente com e a partir das relações de gênero sob os moldes do patriarcado – dado que funcionaliza a desigualdade entre os sexos.

3.2.2 Divisão Sexual do Trabalho

Cisne (2012), quanto ao debate sobre a Questão Social, expressa que, ao contrário do que alguns autores alegam, não existe uma nova Questão Social, mas sim novas expressões da Questão Social que surgem em decorrência dos novos estágios do capitalismo. Como já evidenciado, “fica explícito, assim, a impossibilidade de se pensar e/ou analisar as questões de gênero bem como geração, etnia etc. sem relacioná-las ou percebê-las dentro das teias da sociedade capitalista” (CISNE, 2012, p.106). Ou seja, deve-se fazer um recorte de classe das opressões culturais de modo geral – entendendo-as como constitutivas e reprodutoras do modo societário – pois a condição de classe (enquanto o elemento central) é que irá determinar de que modo essas opressões são vivenciadas. Assim,

[...] compreende-se que o antagonismo de classe é indispensável para perceber a importância em não se poder generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas. É inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma: a classe as divide. (CISNE, 2012, p.104)

Nesse sentido, Cisne (2012, p.109-110) utiliza a problemática da divisão sexual do trabalho como uma categoria capaz de dar conta dessa realidade. A mesma se constitui como uma das formas centrais para a exploração do capital sob o trabalho uma vez que essa segmenta o trabalho dos homens e mulheres, hierarquizando um em relação ao outro. De acordo com a autora, o sistema patriarcal capitalista submete – através da divisão sexual do trabalho – as mulheres à um baixo prestígio social e à trabalhos mais precarizado e desvalorizados, acentuando e diferenciando a exploração do trabalho da mulher em relação ao do homem. Assim, profissões (como o Serviço Social) tidas como essencialmente femininas são, na realidade, mais procuradas pelo público feminino por conta da ideologia patriarcal disseminada por uma educação sexista que visa impor “valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas” (CISNE, 2012, p.110).

De acordo com Kergoat (1989) na divisão sexual do trabalho os homens são designados à esfera da produção e a mulher à reprodução, esse fenômeno, embora seja fruto de construções sociais, são travestidos como naturais e, assim, são analisados do ponto de vista do determinismo biológico.

Kergoat (1989) explica que, com as interpelações feministas, a divisão sexual do trabalho vêm progressivamente se afirmando enquanto uma modalidade da divisão social do trabalho. Ainda segundo a autora, essa modalidade é uma forma válida para todas as sociedades e, embora possam variar as atribuições designadas como masculinas ou femininas, a existência de

mudanças não significa que as sociedades deixem de se estruturar conforme a divisão sexual do trabalho.

As diferenças entre o trabalho feminino e o masculino são justificadas por estereótipos, relegando-as e, principalmente, a subalternidade do primeiro, à “natureza feminina”. Entretanto, socialmente os estereótipos se mostram incapazes de apreender e justificar a realidade (KERGOAT, 1989). Alguns autores atribuem as diferenças do trabalho feminino à um “adicional” de opressão e exploração que pesaria sob as mulheres. Entretanto, Kergoat (1989) acredita que a redução da diferença a um aspecto apenas quantitativo reforça um modelo de divisão social do trabalho que se supõe ser geral. Nessa perspectiva, para ela a exploração não ocorre mais fortemente para as mulheres – caráter puramente quantitativo – mas sim de modo diferenciado, ou seja, qualitativamente.

Vemos assim claramente que as diferenças observadas no tratamento que nossas sociedades reservam aos homens e as mulheres no campo do trabalho, não têm a ver com mais ou menos, mas devem ser relacionados, não a modulações, mas a diferenças, contradições entre os dois sexos, a relações sociais, em suma. E, inversamente, se admitimos que existe uma relação social específica entre homens e mulheres, decorreria daí que a necessariamente práticas sociais diferentes segundo o sexo (assim como o problema de qualificação, que veremos mais adiante). E dado que se trata de políticas sociais, e não mais de condutas reguladas biologicamente, pode-se encontrar um princípio de inteligibilidade. (KERGOAT, 1989, p.93)

A divisão social do trabalho se constitui enquanto um termo genérico que dispõe sobre qualquer tipo de divisão e, portanto, a divisão sexual do trabalho a integra. A estruturação da divisão sexual do trabalho nos moldes atuais surge e tem seu desenvolvimento atrelado ao capitalismo, ou seja, é concomitante ao capitalismo e, portanto, se desenvolve e modifica de acordo com as relações de produções. Nesse sentido, Kergoat (1989) ainda acredita que a relação salarial do capitalismo só é possível com a existência do trabalho doméstico.

A exploração da mulher, que se manifesta de maneira diferente, por exemplo, através da responsabilização pelas tarefas domésticas, possui caráter classista. Dessa forma, a categoria trabalhada permite desvelar formas da exploração capitalista até então naturalizadas (e, por isso, invisibilizadas) pelos papéis de gênero de modo a apontar que a divisão sexual do trabalho se configura como “fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher” (CISNE, 2012, p.113).

A subordinação da mulher é apropriada pelo capitalismo de modo que as atividades socialmente tidas como femininas não serão consideradas trabalho e sim “dons” e “aptidões” ligadas ao gênero. Isso ocasiona tanto a desvalorização do trabalho feminino (tido como menos complexo), como a dificuldade das mulheres se reconhecerem enquanto trabalhadoras. Esta

última, associada ao fato da responsabilização da mulher pela família e pelo lar retirar tempo que poderia ser dedicado às atividades políticas e da adequação – através de uma cultura sexista – da mulher nos limites da esfera privada, faz com que apenas parcela da classe trabalhadora tenha possibilidade de confrontar o sistema de dominação. (CISNE, 2012, p.115)

Além disso, a naturalização dos papéis femininos é conveniente ao capital dado que a responsabilização da mulher pela reprodução da força de trabalho potencializa significativamente seus lucros. Conforme Cisne (2012, p.116), sem o trabalho doméstico não remunerado o Estado capitalista não seria capaz de arcar com os serviços necessários para a reprodução da força de trabalho, assim seria necessário aumentar os salários mínimos e, portanto, diminuir a taxa de lucro. Nesse sentido, a responsabilização da mulher já é incorporada no cálculo do salário mínimo, visto que o mesmo é calculado com base nos custos de reprodução da classe trabalhadora. Percebe-se então que o capital utiliza da naturalização do trabalho da mulher não remunerado de modo conveniente para rebaixar os salários, tanto pela incorporação dessas mulheres ao exército industrial de reserva quanto pela diminuição no custo da reprodução.

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, “refuncionaliza”, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente precarizadas e mal remuneradas. (CISNE, 2012, p.116)

A divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social entre homens e mulheres, essa, por sua vez, atravessa e é atravessada – dialeticamente – por outras modalidades de divisão social do trabalho. Na perspectiva de Kergoat (1989, p.96), não se pode pensar isoladamente nas relações de classe e de sexo, mas sim analisá-las como co-extensas – classes e relações de sexo não são conceitos recortados ou articulados, mas sim que se “recobrem parcialmente”. Portanto, a análise crítica da divisão sexual do trabalho permite desmistificar as relações de exploração dessa sociedade que não são confrontados dado à sua naturalização – a construção social é tão enraizada que não se questiona. De acordo com a autora,

O exemplo do conceito de “trabalho” é sem dúvidas o mais expressivo: as disjunções clássicas entre trabalho/não trabalho, trabalho assalariado/trabalho doméstico... foram recusadas como sendo o reflexo da ideologia dominante e esforçamo-nos por reestabelecer as relações entre o que tinha sido separado, até então, através de uma definição mais extensiva do trabalho (o conceito de trabalho recobrando tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico) e afastando-o do âmbito exclusivo das relações mercantis. A partir daí, o trabalho doméstico e as particularidades do trabalho assalariado das mulheres não são mais “exceções” em relação à um modelo que se supõe geral, mas tal problemática pressupõe uma tentativa de reconstruir um

modelo geral do qual essas mesmas especificidades seriam elementos constitutivos. (KERGOAT, 1989, p.96)

Cisne (2012), seguindo a perspectiva de Kergoat (1989), ressalta que é preciso compreender que o processo de feminização do mundo do trabalho ocorre conjuntamente com os processos de transformação do capitalismo, como os processos de globalização e reestruturação produtiva, com significativo aumento da porcentagem de mulheres inseridas no mercado de trabalho durante a década de 1980. Nesse sentido, não se trata apenas de uma emancipação da mulher – ainda que o capitalismo forje certas condições de emancipação, estas estão atreladas às contradições do movimento do capital e, portanto, não se concretizam. O capitalismo, na realidade, se apropria de pautas do movimento feminista para garantir a efetivação das mudanças – a inserção da mulher no mercado de trabalho não rompe com a naturalização dos papéis de gênero, de modo que a responsabilização pela reprodução social e, especificamente pelas atividades domésticas não remuneradas, permanece.

Desta maneira, a mulher é inserida em condições de trabalho mais precárias e, ainda, sobrecarregadas pela manutenção do trabalho não remunerado, que se constitui em uma dupla jornada. As atividades domésticas permanecem sobre o trato da mulher, seja direta (dupla jornada) ou indiretamente, através da ajuda de outra mulher durante o período de ausência. Cabe salientar o modo diferenciado como isso ocorre entre as classes: essas obrigações somente são impostas às mulheres das classes trabalhadoras, visto que as mulheres da classe dominante – mesmo que exerçam outras atividades fora do lar – transferem o trabalho doméstico para outras mulheres através de contratos de trabalhos precários e mal remunerados, ou seja, da exploração de classe (CISNE, 2012).

Por essa lógica, a entrada no mercado de trabalho não só não resultou em emancipação e/ou melhora na vida das mulheres da classe trabalhadora, como também foi apropriada pelo capital de modo que, com as mudanças ocorridas, pudesse generalizar para toda a classe trabalhadora salários mais baixos (CISNE, 2012, p.123). As alterações na dinâmica capitalista preconizam a flexibilização e a polivalência – característica adquirida pelas mulheres através da educação voltada à responsabilização pelo trabalho doméstico e realização de diversas tarefas simultaneamente – fazendo com que a mulher possua características desejáveis e aproveitáveis para a modernização produtiva sem que haja qualquer valorização do seu trabalho. Dessa forma, as mulheres estão inseridas em campos precarizados, usualmente terceirizados ou através de subcontratos, com menos direitos trabalhistas e estabilidade (CISNE, 2012, p.124).

A flexibilização se expressa na crescente informalidade, na precarização dos direitos trabalhistas, que hoje configuram as novas expressões da “questão social”. Essa flexibilização é também facilitada pela subordinação que historicamente foi imputada às mulheres no mercado de trabalho devido à forma desprestigiada com que suas atividades são vistas ou até mesmo não percebidas como trabalho, justificando os baixos salários, o desprestígio e a falta de necessidade de proteção trabalhista. (CISNE, 2012, p.125)

A ofensiva neoliberal, a partir de 1990, aumenta a precarização do trabalho, com cortes nos direitos sociais e trabalhistas – impulsionando o processo de flexibilização e agravando a pobreza no país. Nesse contexto, a situação da mulher é ainda mais agravada, dado que elas permanecem ganhando menos em relação aos homens e segregadas à algumas áreas profissionais – “femininas”, portanto, desvalorizadas. De acordo com Cisne (2012) essa desigualdade ocorre inclusive nas profissões de nível superior, como o Serviço Social, assim a autora concorda com Bruschini (2000, p.56 apud CISNE, 2012, p.127) quando ela afirma que:

(...) as trabalhadoras continuam concentradas em atividade do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não remunerada ou na domiciliar. Condições precárias de trabalho – como baixos índices de registros em carteira e de contribuição para a Previdência Social – podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionalmente femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo do trabalho. Nada disso parece ter sofrido grandes mudanças.

Por esse ângulo, a Cisne (2012) aponta que a emancipação das mulheres só pode ser efetivada com a ruptura com o modo de produção capitalista, dado que a emancipação, em um sentido real, deve ser compreendida numa perspectiva de totalidade e não limitada somente ao gênero. Além disso, o sistema patriarcal capitalista tem influência e relação direta na dinâmica familiar – o que determina a subalternidade e o papel de gênero feminino na reprodução social como instrumento privilegiado no capitalismo – e por isso romper com o modelo familiar pautado nas desigualdades de gênero e com a divisão sexual do trabalho é ameaçar a sobrevivência e reprodução do capital.

Da mesma forma que se faz indispensável para as análises de gênero uma visão de classe, a luta de classes articulada com a luta contra a opressão de gênero é fundamental para a conquista de uma sociedade livre, com seres humanos emancipados. Até porque a luta de classes, se dissociada dessa dimensão de gênero, não garantirá a conquista da liberdade, daí a necessidade de se articular no plano teórico e político as dimensões de classe e gênero. (CISNE, 2012, p.132)

Sendo assim, para Cisne (2012), as desigualdades e papéis de gênero (e, portanto, as aptidões e/ou profissões tidas como femininas) não se afiguram como naturais, mas sim resultam de relações sociais determinadas pelos interesses do modo societário vigente. Evidencia-se, dessa forma, que a divisão sexual do trabalho compõe um dos mecanismos de exploração-dominação no capitalismo patriarcal, assim como a violência contra a mulher.

4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

De acordo com Saffioti (2004), as maiores preocupações dos brasileiros giram em torno do desemprego e da violência⁴, circunstâncias que têm gradativamente se agravado, atingindo contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores. Para entender esse fenômeno, e, principalmente, a relação entre ambos, a autora utiliza o conceito de poder de Foucault, que, para o autor, pode ser compreendido como algo que flui nas relações sociais. Nesse sentido a instabilidade (ou rotatividade) do poder não ocorre apenas na macro ou micropolítica, mas em ambas – dado que elas não se configuram em instâncias isoladas: os microprocessos têm relação com os macroprocessos e vice-versa. A partir dessa observação, a autora resgata brevemente o cenário econômico, no qual a hegemonia do capital financeiro, com alto grau de concentração de riqueza, proporciona grande instabilidade social – ratificando o caráter cíclico do capitalismo, “sujeito a crises de prosperidade e de recessão” (SAFFIOTI, 2004, p.14).

A violência se constitui como um fenômeno social e possui um caráter exclusivamente humano – a violência não é constituída pela força em si, mas pelo uso proposital da força. Assim, não pode ser interpretada como algo acidental, como é posta normalmente, mas sim como um fenômeno histórico e social. (MIRALES, 2013). Por essa perspectiva, Chaiu (1998 apud MIRALES, 2013) entende a violência como qualquer prática que reduza o indivíduo à condição de desumanidade, que perpetue relações sociais de desigualdade econômica, social e cultura.

Contudo, para Saffioti (2004), falar em violência de gênero engloba tanto a violência de homens contra as mulheres, quanto a de mulheres contra homens. Como vimos anteriormente, conceito de gênero é “aberto”, ou seja, é aplicado para designar as relações sociais entre os sexos, de modo a não explicitar necessariamente se existe – e sob quem recai – a desigualdade.

Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo. Isso não implica, todavia, que as atividades

⁴A autora ressalta que os estudiosos da violência urbana não encontraram correlação entre o desemprego e a violência, entretanto, no que concerne à violência de gênero, à violência contra a mulher, doméstica e intrafamiliar, a relação pôde ser comprovada.

socialmente atribuídas as mulheres sejam desvalorizadas em relação à dos homens. (SAFFIOTI, 2004, p.58)

Além disso, ela ressalta que cada feminista valoriza determinado aspecto de gênero, sendo consenso apenas que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p.45). As desigualdades de gênero, portanto, não são naturais, mas podem ser socialmente construídas. Segundo isso, explicita-se novamente que é o conceito de patriarcado que designa o regime de exploração-dominação das mulheres pelos homens.

Mais uma vez cabe evidenciar que o patriarcado está em constante transformação e não abrange somente a família, mas toda a sociedade. De acordo com Mireles (2013), o patriarcado não se refere a só uma forma de dominação imposta pelos homens, mas conta com a subalternidade feminina estendida às relações sociais, não só no âmbito familiar. Esse fenômeno, articulado com outras formas de dominação-exploração, reproduz a naturalização e manutenção das formas de violência contra as mulheres.

Saffioti (2004, p.54) dispõe que faz parte da ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia de que o contrato social é distinto do contrato sexual, sendo o último referente apenas ao âmbito privado e não possuindo relevância para o mundo público. Entretanto as relações patriarcais e suas estruturas de poder perpassam por toda a sociedade, se afigurando, inclusive, como expressão do poder político. Como já exposto, o direito patriarcal também é expresso no Estado e, assim, no patriarcado, a diferença sexual é convertida em diferença política. O patriarcado, portanto, se configura como o regime atual de relações de gênero, no qual há hierarquia. Para a autora,

Muitas análises em termos de patriarcado pecam por não terem dado conta de que os vínculos familiares de parentesco são atribuídos e particulares, enquanto os vínculos convencionados e universais do contrato estruturam a sociedade moderna. (SAFFIOTI, 2004, p.57)

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o patriarcado diz respeito às relações civis, não só privadas; assegura direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; estabelece relações hierárquicas entre homens e mulheres, que perpassam todas as esferas da sociedade; possui uma base material; e estabelece o poder baseado na ideologia e na violência (SAFFIOTI, 2004, p.58). De acordo com a autora, as mulheres também podem perpetuar e reproduzir este regime, de modo que o direito patriarcal nem sempre será resguardado por um homem. Este fator é capaz de comprovar que o patriarcado estrutura a sociedade enquanto um todo, uma vez que o sistema continua em operação mesmo na ausência de um patriarca.

Retomando o debate anterior, Saffioti (2004) reforça que ainda que não se negue sua importância, pensar no conceito de gênero sem o uso da categoria patriarcal, é assumir uma neutralidade e omitir a relação de dominação-exploração existente e, assim, operar em acordo com a ideologia patriarcal, no sentido de naturalizar tal relação. Nesse sentido, não se deve utilizar violência de gênero como sinônimo de violência contra mulheres, tampouco pensar na violência de gênero como algo que englobe às demais violências: violência contra mulheres, doméstica ou intrafamiliar (estas duas últimas também não devem ser vistas como sinônimos), dado que cada uma apresenta sua própria especificidade. A violência de gênero, embora seja operada na cultura patriarcal mais frequentemente por um homem contra uma mulher, pode se manifestar através da violência entre indivíduos do mesmo sexo. (SAFFIOTI, 2004).

Portanto, trabalharemos com a questão da violência contra mulheres, e não de gênero, uma vez que, segundo Meireles (2013), a violência contra as mulheres é um termo abrangente, que demonstra o controle exercido sobre as mulheres, seja pelo uso da força física ou psicológica, ou pela “objetificação” do sexo feminino, devido ao modo como as relações de sexo definem papéis sociais desiguais para homens e mulheres nas formas de sociabilidade patriarcal.

Para Mirales (2013, p. 23), a violência contra a mulher possui uma natureza “complexa, multidimensional e heterogênea” que se apresenta de várias formas e, assim, pode assumir a forma de violências físicas, psicológicas, morais, sociais e patrimoniais. De acordo com o art. 7º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), constituem, entre outras, formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

Mirales (2013) frisa que a violência contra a mulher se configura como um fenômeno histórico, no qual suas expressões apresentam relação com a consciência social. Além disso, para a autora, a violência psicológica e emocional constituem-se em formas que possuem maior dificuldade de aceitação e comprovação, porém que podem levar a várias consequências, tanto físicas como mentais.

Nessa mesma perspectiva, Alemany (2009) dispõe que,

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. (ALEMANY, 2009, p.271)

Saffioti (2004, p.17) explicita que o entendimento da violência é regido por um conceito – visto normalmente como o único possível – pautado na “violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”, no qual apenas a psíquica e a moral se afiguram como não palpáveis, embora existam meios e “escalas” visando mensurar os efeitos da mesma. Entretanto, para a autora, o tamanho do trauma não segue – necessariamente – a proporção do abuso sofrido.

Assim, para Saffioti (2004),

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muitos tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência. (SAFFIOTI, 2004, p.75)

Portanto o parâmetro de violência como ruptura de integridades constitui um critério colocado no terreno da individualidade, o que impossibilita uma visão científica sobre a violência. Dado que a ciência pressupõe uma mesma concepção dos fenômenos, a autora prioriza trabalhar com a violência através dos parâmetros dos direitos humanos. (SAFFIOTI, 2004)

Referente à violência contra a mulher, a pesquisa de campo utilizada por Saffioti (2004) demonstra que há diferenças nos resultados quando estimulados, o que pode significar uma

naturalização das violências, bem como um não-reconhecimento das mesmas, ou que alguns fatos podem ser considerados violentos para determinados indivíduos e para outros, não.

Em concordância, Mirales (2013), no que diz respeito à concepção de violências enquanto ruptura das formas de integridades, também acredita que o que pode ser considerado agressivo para um indivíduo, pode não ser para outro. Nesse sentido, para evitar relativismo, a autora concorda com o consenso da adoção dos direitos humanos como parâmetro para violações e agressividades.

Entretanto, a constituição dos direitos humanos foi realizada de modo genérico e, assim, masculino. Para Saffioti (2004), os corpos são gendrados, ou seja, para além do corpo sexuado os corpos são moldados de acordo com as normas do que é dito feminino ou masculino e, por isso, a desigualdade está inscrita no campo social e não no natural. Dessa forma, ressalta que os direitos humanos necessitam de uma releitura, no qual contemple as diferenças entre homens e mulheres, cabendo diferenciar que “o par da diferença é a identidade, enquanto o da igualdade é a desigualdade, sendo esta que se precisa eliminar” (SAFFIOTI, 2004, p.78).

Com isso, a compreensão dos direitos humanos não é homogênea e varia segundo gênero, raça/etnia e classe social, entretanto serve como parâmetro. Estes três eixos se apresentam como estruturantes da sociedade e se analisados de maneira isolada, retirando as interações entre eles na composição das relações sociais, apresentam características distintas e próprias. Em virtude disso, deve ser analisado o “nó” formado por esses três elementos, dado que atuam de forma imbricada (SAFFIOTI, 2004, p.78). Assim,

Efetivamente, o sujeito constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição. (SAFFIOTI, 2004, p.79)

De acordo com Saffioti (2004), os dois principais pensamentos utilizados no século XX foram o marxista e o de Freud. Sobre o último, a autora acredita que têm ocasionado resultados prejudiciais às vítimas de violência contra a mulher, principalmente ao abuso sexual com ênfase no abuso incestuoso. Isso ocorre devido à ideia freudiana de que as denúncias relacionadas ao abuso sexual seriam fruto de fantasias derivadas do desejo de serem possuídas pelos agressores. Assim, tira-se a credibilidade da criança. Ainda segundo a autora,

Trata-se, em sua maioria esmagadora, de mulheres, que representam cerca de 90% do universo de vítimas. Logo, os homens comparecem como vítimas em apenas 10% do total. De outra parte, as mulheres agressoras sexuais estão entre 1% e 3%, enquanto a presença masculina está entre 97% e 99%. (SAFFIOTI, 2004, p.19)

Entretanto, em relação ao número de meninos vitimizados, também deve ser considerado que se tende a manter os casos ainda mais velados, dado que a cultura machista deduz de que se o homem foi penetrado, este será homossexual. A autora ainda afirma que, “o machismo, numa de suas facetas altamente negativa para os homens – e há muitas –, oculta estas ocorrências, em vez de fazer face a elas e implementar políticas que visem, no mínimo, a sua drástica redução” (SAFFIOTI, 2004, p.20).

Em relação ao abuso sexual via incesto, este normalmente é realizado pelo pai. A autora diferencia os abusos sexuais nas classes mais abastadas e nas classes pobres: na primeira é realizado via “sedução” e na segunda por coerção via força física. Nesse sentido, o abuso sexual incestuoso nas classes abastadas ocorre junto com outras práticas afetuosas, de modo que a criança não consiga diferenciar o afeto de atitudes libidinosas. Saffioti (2004) ainda ressalta que, por essa lógica, o abuso fisicamente não tende a machucar a vítima, que é “cooptada” de modo a colaborar com o agressor. Já nas classes pobres isso ocorre de maneira diferenciada: o agressor normalmente utiliza a violência física ou ameaças, de modo que a vítima consegue perceber o ato como estupro. Assim, às vítimas das classes mais baixas se reconhecem enquanto tal – assim como reconhecem o pai como agressor – e, portanto, não se sentem culpadas. Isso não ocorre com as vítimas de abuso via “sedução”, estas têm muito mais dificuldade em se reconhecerem enquanto vítimas e não cúmplices e, embora não tenham nenhuma responsabilidade, tendem a se culpabilizar. Também há uma maior dificuldade em identificar o pai – pessoa com o qual estabeleceu e consolidou uma relação afetiva – como abusador. De acordo com Saffioti (2004, p.25) “em termos de danos psíquicos e distúrbios sexuais posteriormente manifestados, o abuso sexual via sedução é infinitamente pior que a brutalidade do pai menos instruído e menos maneiroso”.

Com isso, podemos utilizar essa lógica em outros casos de violência contra a mulher, quando realizadas por pessoas no qual existe vínculo afetivo. De acordo com Mirales (2013, p.32),

Uma das formas mais comuns de reprodução da violência de gênero e da manutenção das hierarquias é a violência doméstica, compreendida como uma forma de sociabilidade, que encontra mecanismos de (re)produção nos grupos básicos da sociedade, exigentes de convivência íntima e relações de afeto.

Saffioti (2004) apresenta alguns pontos teóricos que devem ser utilizados como referências. O primeiro é que a violência doméstica ocorre em uma relação afetiva, no qual sua ruptura demanda intervenção externa, pois as mulheres quando são vítimas de violência são

tratadas como “não-sujeitos”. A autora afirma que as vítimas não podem ser cúmplices dos agressores, uma vez que a cumplicidade implica em parcelas iguais de poder e, por a mulher possuir uma parcela menor, esta não é capaz de consentir, apenas ceder. (SAFFIOTI, 2004, p.79)

O segundo ponto é que as mulheres são capazes de lidar bem com os micro e macro poderes, entretanto por elas terem sido historicamente alienadas dos espaços de macropoder e por desconhecerem às histórias de lutas femininas, tem-se a idéia de que sejam incapazes de conduzir habilmente os macroprocessos. Os processos sociais são compostos por duas dimensões (macro e microprocessos) e dependendo das circunstâncias pode-se sobressair um ou outro. Culturalmente hierarquiza-se o macro (tido como um espaço essencialmente masculino) em detrimento do micro, entretanto a realidade é composta por um “emaranhado” de ambos. (SAFFIOTI, 2004, p.80)

O terceiro aspecto é que a violência de gênero – bem como a violência doméstica e familiar – não ocorre de modo aleatório, ela é resultado de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Já o quarto ponto é que não existem duas esferas, uma de relações interpessoais e outra de relações estruturais. Pensar nas relações de gênero apenas como relações interpessoais é singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social. Gênero é estruturante da sociedade, bem como raça/etnia e classe social, portanto não se pode pensar em duas esferas, elas são compostas. (SAFFIOTI, 2004, p.81-82)

Além disso, a autora acredita que “o privilegiamento da classe social obscurece as demais clivagens existentes na sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p.82). Outro fator que pode vir a obscurecer a compreensão da violência de gênero é a patologização dos agressores, dado que essa desconsidera as hierarquias e as contradições sociais – portanto, considera a violência um fenômeno isolado (SAFFIOTI, 2004).

O sexto ponto é que a grande parte da violência contra a mulher ocorre no seio das relações afetivas e, assim, pode-se utilizar o conceito de co-dependência – ou seja, há um vínculo psicológico que liga a vítima ao agressor. Por último, ela afirma que o poder apresenta duas esferas: a da potência e a da impotência, sendo a primeira relegada ao homem, que é socializado para a força e o exercício do poder, e a segunda à mulher. (SAFFIOTI, 2004, p.84).

A violência contra as mulheres se configura como expressão das relações entre poder masculino e sexualidade que são associados à virilidade e socialmente legitimados. Os estereótipos masculinos são associados à violência, enquanto os femininos à doçura. Nesse sentido, diferentemente da violência masculina, a violência praticada pelas mulheres, não possui, em nenhuma circunstância, legitimidade social (ALEMANY, 2009). Já a

masculinidade, na sua manifestação agressiva, encontra sustentação nos meios de reprodução patriarcais, que compõe a subalternidade das mulheres. (MIRALES, 2013) Ou seja, essa masculinidade agressiva possui legitimidade na sociedade patriarcal-capitalista e, portanto, a violência se afigura como uma forma extrema da relação entre os sexos nesse modo de sociedade.

A violência contra a mulher se configura como um fator de preservação da organização social de gênero fundada em uma hierarquia que privilegia os homens e subalterniza os elementos femininos – dessa forma, se constitui em violência política, uma vez que é utilizada como meio de perpetuar a subordinação feminina e as desigualdades entre os sexos. Com isso, a violência contra as mulheres se estabelece enquanto uma forma de mediação das relações de exploração-dominação. Esse processo, que concebe uma hierarquia nas relações sociais, ganha sustentação histórica na família patriarcal e é fundada em valores, costumes, leis e papéis sexuais que mantêm a mulher nos espaços domésticos e nas atividades voltadas à reprodução social, garantindo assim que os valores sejam incorporados culturalmente. (MIRALES, 2013)

Nesse sentido, autor do Mapa da Violência de 2015, Waiselfisz (2015), dispõe que,

Se a impunidade é amplamente prevalecente nos homicídios dolosos em geral, com muito mais razão, pensamos, deve ser norma nos casos de homicídio de mulheres. A normalidade da violência contra a mulher no horizonte cultural do patriarcalismo justifica, e mesmo “autoriza” que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, de esposa e de dona de casa. Essa mesma “lógica justificadora” também acontece em casos onde a violência é exercida por desconhecidos contra mulheres consideradas “transgressoras” do papel ou comportamento culturalmente esperado e/ou imposto a elas. Em ambos os casos, culpa-se a vítima pela agressão sofrida, seja por não cumprir o papel doméstico que lhe foi atribuído, seja por “provocar” a agressão dos homens nas ruas ou nos meios de transporte, por exhibir seu corpo ou “vestir-se como prostituta”. (WASELFI SZ, 2015, p.75)

Pode-se compreender, portanto, que a violência contra a mulher ocorre no contexto do capitalismo patriarcal enquanto expressão extrema da dominação-exploração masculina sob a mulher. Além disso, deve ser situada como forma de perpetuar e garantir esse domínio, o que confere sua legitimidade social. A naturalização da subalternidade feminina e, com isso, da violência contra a mulher, faz com que muitas vezes não se perceba suas manifestações. Dessa forma, caracterizar a violência contra a mulher, bem como a apresentação dos dados nacionais nos itens a seguir, teve como objetivo evidenciar essa realidade para, a partir disso, tornar possível analisar o contexto específico do Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com base nos dados coletados.

4.1.2 Dados Nacionais da Violência Contra a Mulher no Brasil

Mediante o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.104, de março de 2015, conhecida como “Lei do Feminicídio”, que classifica como crime hediondo o homicídio de mulheres, podendo ser agravado em situações de vulnerabilidade, como gravidez, presença de filhos crianças/adolescentes etc. A lei compreende que o “feminicídio” ocorre quando a agressão envolve violência doméstica e/ou familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime devido à condição do sexo feminino. Ou seja, o “feminicídio” tipifica o crime de homicídio de mulheres especificamente por razões de sexo.

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) evidencia que de 1980 a 2013 houve um aumento de 252% no número de vítimas de homicídio mulheres. Também dispõe que de 2003 a 2013 o número anual de vítimas passou de 3937 para 4762, representando um incremento de 21% na década. Assim, esses 4762 casos, representam 13 homicídios femininos diários. Um fator importante de se notar é que de 2003 a 2013 as taxas nacionais de homicídio cresceram 8,8%, entretanto, no mesmo período, houve um decréscimo de 5,8% nas capitais, o que evidencia a interiorização da violência contra a mulher. Nessa perspectiva, o balanço realizado pelo Ligue 180⁵ (SPM, 2015) dispõe que a zona urbana representa maioria das vítimas das violências relatadas, na qual as mulheres da zona urbana representam 90,14% do total, esmagadora maioria. Isso demonstra que as mulheres da zona urbana utilizam mais os dispositivos de denúncias.

Os dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde demonstram que o Brasil ocupa a 5ª posição mundial dos níveis de feminicídio, evidenciando que no Brasil os índices são excessivamente elevados e excedem muito a maior parte dos países do mundo. (WAISELFISZ, 2015)

De acordo com o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), a população negra é a vítima prioritária da violência homicida no país. Ao passo que as taxas de homicídio da população branca tendem a cair, as taxas de mortalidade entre os negros aumentam. Assim, nos últimos anos o índice de vitimação da população negra cresceu drasticamente – isso foi

⁵ O Ligue 180 é um serviço público, gratuito e confidencial oferecido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que recebe relatos e denúncias de violência e orienta as mulheres sobre seus direitos, de acordo com a legislação vigente, e encaminha para outros serviços quando necessário.

acompanhado também pelos casos de feminicídio. Dessa forma, enquanto o número dos casos de homicídios de mulheres brancas em 2003 para 2013 cai, de 1747 para 1576 e representa uma queda de 9,8% no total de homicídios no período, enquanto os homicídios das mulheres negras, aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1864 para 2835. A partir da vigência da Lei Maria da Penha, em 2006, o número de vítimas entre mulheres brancas cai 2,1% e entre mulheres negras aumenta 35%.

A pesquisa realizada pelo Ligue 180 (SPM, 2015) também demonstra a predominância de violência contra as mulheres negras. Do total de atendimento em 2015, 10,23% ou seja, 76.651 casos, corresponderam à relatos de violência. Desses, 58,86% foram cometidos contra as mulheres negras. Assim, o perfil da vítima corresponde à maioria de mulheres que se declararam pretas ou pardas (58,86%). Já as mulheres brancas correspondem a 40,15%, as amarelas a 0,53% e indígenas a 0,46%. Para a organização do balanço, esses dados indicam a importância da inclusão de indicadores de raça e gênero nos registros referentes às violências contra as mulheres.

Em relação a idade das vítimas, foi possível perceber uma elevada incidência feminina no infanticídio e que na faixa de 18 a 30 anos, a estrutura do homicídio feminino possui mais domesticidade. 82% das agressões de crianças do sexo feminino, partem dos pais – principalmente a mãe, que concentra 42,4% das agressões. Para adolescentes, o percentual de agressões se divide entre os pais e os parceiros e ex-parceiros. Para as jovens e adultas, de 18 a 59 anos, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro. Já nas idosas, o principal agressor foi um dos filhos. Em todas as faixas etárias, percebemos a predominância da violência doméstica, pessoas com vínculo afetivo são responsáveis por 67,2% do total de atendimentos. (WAISELFISZ, 2015)

Verificou-se que, no caso da violência contra a mulher, a violência por desconhecidos é apenas 24% maior. Nesse sentido, o diferencial é que quase metade dos homicídios masculinos ocorrem na rua, com pouco peso os domicílios, enquanto nos femininos, 31,2% acontece na rua, e 27,1%, no próprio domicílio da vítima, indicando alta domesticidade dos homicídios. Nas agressões por conhecidos, preponderam as vítimas femininas, e nas por desconhecidos, as vítimas masculinas. Dos 4762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 2.394, ou seja, 50,3% do total desse ano, foram efetuados por algum familiar da vítima. Isso representa perto de 7 feminicídios diários cujo o autor foi um familiar. Desses, 1573 (33,2%) mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex parceiro. (WAISELFISZ, 2015)

Em concordância, no balanço do Ligue 180 (SPM, 2015) pode-se observar que 72% dos casos foram cometidos por homens que continham algum vínculo afetivo com a vítima, no qual

mantinha-se uma relação heteroafetiva. Já as relações familiares compuseram 16,82%, relações externas 10,29% e relações homoafetivas apenas 0,29%. Assim, a maior parte das violências relatadas referiam-se à violência doméstica e familiar, de acordo com a descrição da Lei Maria da Penha, somando 86,56% do total. Entretanto, em 2015 houve um aumento dos relatos relacionados a violência contra as mulheres fora da esfera doméstica e familiar, em 2014 representavam 9% e em 2015 passou para 13,44%.

A maioria das pessoas que denunciam alguma forma de violência são mulheres, sendo esmagadora a procura do sexo feminino em comparação do sexo masculino – mesmo quando não são as vítimas, as mulheres compõem a maioria de denúncia das situações de violência contra a mulher – 80,55%. Assim, as vítimas compuseram 63,48% do total de atendimentos, 11,02% foram de parentes, 13,16% de amigos ou conhecidos, 4,10% dos companheiros e 8,24% correspondem a outras pessoas. (SPM, 2015)

As principais denúncias que surgem são a violência física, que representa 48,7% dos atendimentos, principalmente nas etapas jovens e adulta; a violência psicológica, presente em 23% dos atendimentos; a violência sexual, que representa 11,9% dos atendimentos e tem maior incidência entre crianças e adolescentes. (WAISELFISZ, 2015). Isso também ocorreu nas denúncias do Ligue 180 (SPM, 2015, p.3), no qual “dentre os relatos, 50,16% corresponderam à violência física; 30,33%, violência psicológica; 7,25%, violência moral; 2,10%, violência patrimonial; 4,54%, violência sexual; 5,17%, cárcere privado; e 0,46%, tráfico de pessoas”. Dos relatos de violência sexual, ressalta-se que 78,52% foram relatos de estupro, 15,24% de exploração sexual e 6,24% de assédio sexual no trabalho. Assim, podemos observar que os maiores índices de violência contra a mulher, em ambas as pesquisas, correspondem à violência física e psicológica.

De acordo com o balanço do Ligue 180 (SPM, 2015) em 70,97% dos atendimentos registrados, as mulheres possuíam um ou dois filhos, sendo que, desses, 37,85% presenciaram a violência e 22,76% também sofreram violência. Outro fator interessante, é que nos relatos de violência somente 34,67% das mulheres dependiam financeiramente do agressor, 65,36% não dependiam, mostrando que a dependência financeira não se constitui como principal motivação para a permanência das mulheres nessas relações.

O Ligue 180 (SPM, 2015) dispõe que em 39,73% os casos de violência são diários e 34,36% semanais, ou seja, em 74,09% existe uma frequência muito alta. O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) também demonstrou alto nível de reincidência, que acontece em praticamente metade dos casos dos atendimentos femininos, 49,2%, especialmente para as mulheres adultas e idosas. O que não ocorre para o sexo masculino, que possui uma proporção

bem menor de reincidência (30,9%). Além disso, “em comparação com os homicídios masculinos, nos femininos há maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo” (WAISELFISZ, 2015, p.74). Desta forma, o autor da pesquisa conclui que a violência contra a mulher é mais sistemática e repetitiva do que a que acontece contra os homens. Para a mulher, essa sistematização se acentua nas idades adultas e idosas, enquanto no sexo masculino, foi observado que as maiores taxas de reincidência se encontram nos extremos: entre as crianças e os idosos. (WAISELFISZ, 2015)

Com isso, o Ligue 180 concluiu que esses dados representam a importância da Lei do Feminicídio, criada em 2015, dado que em quase a totalidade dos relatos (98,02%) percebe-se um risco para a vítima, no qual risco de violência que acarrete morte para vítima, foi percebido em 29,52% dos casos. Assim,

O risco de que a violência relatada acarrete na morte das vítimas foi percebido em 29,52% dos casos; o risco de espancamento ou outro dano físico, em 28,45%; e o risco de danos psicológicos, em 19,54%. Aborto (0,56%), ameaça a terceiros (1,00%), dano moral (3,57%); estupro (2,55%), perda de bens e direitos (1,58%) e suicídio (0,35%) foram outros riscos relatados. (SPM, 2015, p. 16)

Os números evidenciam, portanto, que a violência contra a mulher é sistêmica, e, assim, reforça os conteúdos apresentados no início do capítulo, dado que, ao contrário da violência que atinge os homens, a violência contra a mulher se efetiva enquanto um instrumento de dominação e controle na perpetuação das desigualdades entre os sexos.

4.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE

Nessa perspectiva, a pesquisa do Instituto Avon/Data Popular intitulada “Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário” traz apontamentos sobre as formas de manifestação de violência nesse espaço institucional e nos ambientes que o compõe. A pesquisa ocorreu ao longo de setembro e outubro de 2015 e contou com universitários da graduação e da pós-graduação. Teve uma fase quantitativa, que foi realizada online, e uma qualitativa, que contou com grupos de discussões de ambos os sexos e entrevistas com especialistas. Para sua realização, considerou-se como violência assédio sexual; coerção; violência sexual; violência física; desqualificação intelectual; agressão moral ou psicológica.

Foram entrevistados 1823 universitários de todo o país, no qual 60% eram mulheres e 40% homens e 76% dos entrevistados estudavam em instituições privadas. No que concerne o

perfil dos entrevistados, 51% dos universitários possuíam de 16 a 25 anos, 35% de 26 a 35 anos, 10% de 36 a 45 e apenas 4% 46 anos ou mais. Além disso, 53% pertenciam a classe média, 36% a classe alta e 12% a classe baixa. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015)

De acordo com o levantamento, as estudantes sentem medo – seja pela falta de segurança da universidade e redondezas, seja pela exposição e comportamentos machistas, e reconhecem que as violências podem vir de criminosos externos, de colegas e professores, parceiros etc. As violências vão desde desqualificação intelectual até estupro. Só a percepção dessa realidade já se mostra suficiente para gerar medo. Sendo assim, 42% das estudantes já sentiram medo de sofrer violência no meio universitário e 36% já deixaram de participar de alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Nesse sentido, 10% das estudantes relatam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência de um homem na universidade ou em ambientes que a compõem, entretanto, quando estimuladas com uma lista de violências, 67% reconhecem que já foram submetidas a muitas delas.

Com isso, apreendeu-se que elas sofrem mais violência do que eles reconhecem cometer, dado que apenas 2% dos homens admitem espontaneamente ter cometido alguma violência. Entretanto quando estimulados, 38% reconhecem ter cometido algum dos itens listados. Além disso, a pesquisa relata que parte dos estudantes homens ainda não reconhecem enquanto violência situações como: abusar sexualmente de uma mulher se ela estiver alcoolizada (27%); coagir uma mulher a participar de atividades que elas consideram degradantes (35%); e, repassar fotos ou vídeos sem autorização (31%). Assim, 24% das mulheres admitem terem sido colocadas em rankings e 14% tiveram fotos ou vídeos repassados, ambas situações sem autorização. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015)

Os dados do Instituto Avon/Data Popular (2015) demonstraram que 71% dos entrevistados, homens e mulheres, conhecem casos de agressão moral ou psicológica no ambiente universitário, sendo que destes, 52% das mulheres reconhecem ter sofrido e 24% dos homens admitiram ter praticado em alguma instância. 32% conhecem casos de coerção, no qual 18% das mulheres entrevistadas já sofreram e 12% dos homens admitiram já ter cometido. 12% já foram forçadas a ingerir bebida alcoólica e 11% já foram obrigadas a participar de desfiles, leilões e outras atividades que consideraram degradantes.

Sobre violência sexual, 46% dos entrevistados de ambos os sexos conhecem alguma situação, 28% das mulheres relatam já terem sofrido e 13% dos homens reconhecem já terem cometido. Com isso, 14% dos entrevistados conhecem casos de mulheres estupradas em ambientes universitários e 11% das mulheres já sofreram tentativa de abuso sob efeito de álcool. Já em relação ao assédio sexual dentro da universidade, 73% dos entrevistados conhecem casos,

53% das mulheres relatam que já sofreram algum tipo de assédio e 26% dos homens praticado. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015)

Além disso, 22% dos entrevistados conhecem casos de violência física contra as universitárias, 10% relaram que já sofreram e 4% dos homens cometido. 62% dos entrevistados conhecem casos de desqualificação intelectual da mulher na universidade, 49% das mulheres entrevistadas já sofreram e 19% dos entrevistados dizem já ter cometido. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015)

Outro fator digno de nota que foi obtido pela pesquisa, é que 63% das mulheres mencionaram não ter reagido quando sofreram violência. Sobre a necessidade do tema “violência contra a mulher” ser incluído nas disciplinas, 64% dos homens e 78% das mulheres concordam com a afirmação. Nesse sentido, os universitários (88% dos homens e 95% das mulheres) acreditam que as Universidades deveriam criar meios mais eficazes para punir os responsáveis por cometer violência contra a mulher.

Com isso, explicita-se que enquanto um componente da realidade social, todas as esferas sociais tendem a reproduzir – mais ou menos explicitamente – o domínio patriarcal capitalista sob a mulher. Estando incluso a Universidade – o espaço acadêmico, como já apontado por Lisboa (2010) anteriormente, não está isento dessa dinâmica e, portanto, se consolida através de um sistema hierárquico, que reproduz as relações de dominação e poder e, portanto, a violência contra a mulher. Assim, a pesquisa acerca das estudantes do Serviço Social da UFOP foi realizada a partir do aporte teórico apresentado até aqui, conforme apresenta-se a seguir.

4.2.1 Violência Contra a Mulher do Curso de Serviço Social-UFOP

Em virtude desses dados, a pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular (2015), enquanto uma aproximação com a realidade nacional, serviu de parâmetro para que possamos analisar se há e de que forma a violência contra a mulher se manifesta na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), principalmente através da vivência das estudantes do curso de Serviço Social, que compõem a amostra deste trabalho.

O levantamento de dados foi objetivado através de um questionário semi-aberto, aplicado para homens e mulheres universitários do curso de Serviço Social. Estes, foram distribuídos e preenchidos em sala de aula – em horário disponibilizado pelas professoras – do 2º ao 7º período. As questões procuraram apreender qual o perfil das estudantes do curso, se existe e, se sim, quais as formas predominantes de manifestação da violência contra as mulheres

na universidade, de que modo a universidade e o curso trabalham com essa realidade e se o debate acerca do tema vem sendo contemplado pelo Serviço Social da UFOP.

Para a elaboração do questionário utilizamos as mesmas definições de violência que a pesquisa do Instituto Avon/Data Popular (2015), ou seja, consideramos como violência contra a mulher o assédio sexual, a coerção, a violência sexual, a violência física, a desqualificação intelectual e a agressão moral ou psicológica.

De 337 alunos com matrículas ativas no Serviço Social, foram aplicados questionários em 104 estudantes, destes sendo 88 mulheres (84,62%) e apenas 16 homens (15,38%). Essa discrepância ocorreu devido a predominância feminina no curso (81,30%, ou seja, 274, das matrículas ativas são compostas por discentes do sexo feminino) e à resistência dos universitários (não só, mas principalmente do sexo masculino) em participar da pesquisa. Nesse sentido, pôde-se perceber que algumas mulheres tiveram grande receio de se expor e, por isso, desistiram ao saber que seria necessário assinar um termo de compromisso, mesmo após a explicação sobre o sigilo dos dados. Além disso, durante a aplicação ouvi em alguns momentos comentários negativos sobre o tema, normalmente provenientes de estudantes homens. Embora tenha sido comentado em sala de aula sobre uma suposta irrelevância do tema e a inexistência de violência contra a mulher na universidade, todos os indivíduos que expressaram tal opinião não quiseram participar da pesquisa – fator que por si só já se apresenta enquanto um dado.

Sobre o perfil dos estudantes, conforme mostram as tabelas a seguir, a grande maioria (87.50%) possui até 31 anos, são solteiros (87.50%), heterossexuais (86.54%) e declararam não possuir filhos (88.46%). Além disso, 36,54% dos universitários pesquisados se declararam brancos, 26,92% negros e 34,62% pardos. 42,31% são naturais de Mariana/MG ou Ouro Preto/MG e 57,69% são de outras regiões. Assim, 47,12% residem com a família e 52,88% em outros tipos de residência. A respeito da renda familiar, 17,31% declararam até 1 salário mínimo, 46,15% de 1 a 3 salários e 30,77% de 3 a 5 salários. 53,84% dos estudantes relataram não realizar nenhuma atividade remunerada e 46,15% utilizam algum serviço da Assistência Estudantil.

Tabela 1 - Idade

Idade	f.	%
18-24	68	65,38
25-31	23	22,12
32-38	7	6,73
39-45	1	0,96
46-52	3	2,88
53-59	2	1,92

Total Geral	104	100,00
--------------------	------------	---------------

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2 - Estado Civil

Estado Civil	f.	%
Casado	10	9,61
Divorciado	1	0,96
Solteiro	91	87,50
União Estável	1	0,96
Não respondeu	1	0,96
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3 - Raça/Etnia

Raça/Etnia	f.	%
Asiática	1	0,96
Branca	38	36,54
Indígena	1	0,96
Negra	28	26,92
Parda	36	34,62
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4 - Renda Familiar

Renda Familiar	f.	%
Até 1 salário mínimo	18	17,31
De 1 a 3 salários mínimos	48	46,15
De 3 a 5 salários mínimos	32	30,77
Mais do que 5 salários mínimos	5	4,81
Não respondeu	1	0,96
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 - Orientação Sexual

Orientação Sexual	f.	%
Bissexual	6	5,77
Heterossexual	90	86,54
Homossexual	8	7,69
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6 - Tipo de Moradia

Tipo de Moradia	f.	%
Alojamento Socioeconômico (Ouro Preto)	1	0,96

Outros	7	6,73
Pensão	4	3,85
Republica Federal Ouro Preto	2	1,92
Republica Particular Mariana	14	13,46
Republica Particular Ouro Preto	2	1,92
Republica Socioeconômica Mariana	11	10,58
Residência dividida com outros moradores	14	13,46
Residência Familiar	49	47,12
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Todos os 104 universitários afirmaram acreditar que exista violência contra as mulheres no meio universitário. Cabe ressaltar que a amostra representa 30,86% do total dos estudantes ativos no curso e, portanto, se mostrou bem abrangente e representativa. Por mais que não se possa afirmar a totalidade dessa compreensão na universidade ou no curso de Serviço Social da UFOP, pode-se apreender que a grande maioria dos universitários do curso possuem tal posicionamento.

Sendo assim, quando questionados sobre quais os tipos de violência podem ser encontrados no meio universitário, 90 estudantes (86,54%) assinalaram violência sexual, 79 (75,96%) violência física, 97 (93,27%) violência moral, 93 (89,43%) violência psicológica, 99 (95,19%) assédio sexual, 86 (82,69%) desqualificação intelectual, 67 (64,42%) coerção e 6 (5,77%) assinalaram “outros”. Podemos perceber, portanto, que a maior parte dos estudantes entrevistados acreditam que todas as formas de violência descritas podem ser encontradas.

Em relação ao lugar em que elas podem ocorrer, a maioria dos estudantes acreditam que as repúblicas e moradias estudantis são locais onde a violência contra as mulheres se manifesta (96,15%), seguido pelas festas e confraternizações universitárias (92,31%). Ainda, 77,88% assinalaram que ela pode se manifestar em sala de aula, 51,92% em instituições de estágio, 50,96% em eventos acadêmicos, 49,04% em ambiente familiar e 7,69% assinalaram “outros”. Com “outros”, foram apontados ambientes da instituição, para além da sala de aula, arredores dos campi e todas as instâncias sociais, de modo geral.

Das 88 mulheres participantes, 26 (29,55%) responderam que já vivenciaram violência contra a mulher durante sua inserção na universidade, 20 (22,73%) que não vivenciaram e 42 (47,73%) que não vivenciaram, porém, conheciam mulheres que já.

Tabela 7 - Vivenciou violência contra a mulher na universidade

Você já vivenciou violência contra a mulher durante sua inserção na universidade?	f.	%
Não	20	22,73
Não, mas conheço mulheres que já vivenciaram	42	47,73
Sim	26	29,55
Total Geral	88	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Entretanto, percebeu-se que das 62 mulheres que responderam espontaneamente nunca ter vivenciado, 45 delas quando estimuladas pela lista de violências no final do questionário preencheram uma ou mais opções referentes à experiência própria. Portanto 26 estudantes responderam já ter vivenciado espontaneamente e, além dessas, 45 reconheceram as violências listadas. Dessa forma, 71 universitárias já vivenciaram situações de violência na universidade, ou seja, 80,68% da amostra feminina.

Tabela 8 - Resultado após lista de violências

Já vivenciou violência contra a mulher durante a sua inserção na universidade.	f.	%
Não	17	19,32
Sim	71	80,68
Total Geral	88	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Para as que responderam que já vivenciaram ou que conhecem outra mulher que já vivenciou, foi perguntada qual foi a forma de violência sofrida. Assim, 19 mulheres assinalaram violência sexual, 17 assinalaram violência física, 34 assinalaram violência moral, 38 assinalaram violência psicológica, 53 estudantes marcaram assédio sexual, 30 marcaram desqualificação intelectual e 13 mulheres assinalaram coerção.

Além disso, 54,55% das mulheres participantes sofreram violência antes do ingresso na universidade, como podemos observar na tabela 9.

Tabela 9 - Violência contra a mulher antes do ingresso

Antes de ingressar na universidade você já sofreu violência contra a mulher?	f.	%
Não	8	9,09
Não, mas já presenciei/sei casos	32	36,36
Sim	48	54,55
Total Geral	88	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Das 88 mulheres, 67 (76,14%) declararam acreditar que a inserção e permanência da mulher na universidade é mais difícil em relação à do homem. Em comparação, 11 (68,75%) estudantes do sexo masculino também manifestaram essa opinião.

A maioria dos 104 participantes, homens e mulheres, acreditam que a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a raça/etnia, orientação sexual e classe. Dessa forma, 92 (88,46%) estudantes consideram que para a mulher negra a violência contra a mulher se manifesta de maneira mais acentuada – desses 92, 10 acreditam que isso também ocorre para a mulher indígena, 4 para mulheres pardas e 1 para asiáticas. 77 (74,04%) consideram que a orientação sexual influencia na manifestação da violência, nesse sentido, 12 pessoas acreditam que se manifeste de forma intensificada para as mulheres heterossexuais e 65 para a população LGBT⁶. Em relação à classe social, 85 (81,73%) consideram que quanto mais pauperizado, de modo mais intensificado a violência se manifesta.

Outro aspecto levantado foi que 14 (15,91%) mulheres relataram já ter deixado de participar de alguma atividade acadêmica por medo de sofrer violência contra a mulher e 27 (30,68%) nunca deixaram de participar, porém já tiveram receio ou se prepararam de modo a evitar possíveis transtornos. Além disso, 24 (27,27%) mulheres declararam que a violência contra a mulher já influenciou no seu rendimento acadêmico e 12 (13,64%) já pensaram em abandonar a universidade por conta da violência contra a mulher.

Tabela 10 – Influência da Violência na Participação Acadêmica

Já deixou de participar de alguma atividade acadêmica por medo de sofrer violência contra a mulher	f.	%
Não	47	53,41
Não, mas já teve receio/teve que se preparar	27	30,68
Sim, frequentemente	5	5,68
Sim, porém raramente	9	10,23
Total Geral	88	100,00

Fonte: Elaboração própria

Como já dito, foi apresentado às 88 universitárias participantes uma lista de violências para que fossem indicadas as opções que correspondessem à realidade das mesmas, conforme demonstra a tabela 11. Sendo assim, o número total da lista é maior que o número das

⁶Cabe ressaltar que nesse item a mulher transgênero foi mencionada 6 vezes, entretanto a orientação sexual diz respeito à sexualidade e não à identidade de gênero.

participantes, dado que foram assinaladas mais de uma opção. Cabe destacar aqui as alternativas que obtiveram percentuais mais expressivos.

28 (31,82%) mulheres declararam terem sido assediadas moralmente por colegas universitários, 42 (47,73%) já se sentiram diminuídas intelectualmente, 29 (32,95%) já deixaram de ir em festas por medo de serem assediadas, 33 (37,50%) já foram xingadas por rejeitar investidas, 39 (44,32%) já se sentiram objetificadas por “brincadeiras” de cunho sexista.

Percebeu-se também que 46 (52,27%) já presenciaram ou sabem de casos de estudantes universitários assediando sexualmente outras estudantes, 48 (54,55%) já presenciaram ou sabem de casos de estudantes universitários assediando moralmente outras estudantes, 35 (39,77%) já presenciaram ou sabem de casos de universitários diminuindo intelectualmente outras mulheres e 45 (51,14%) sabem de casos de estupro ou tentativa de estupro contra uma mulher no meio universitário.

Ademais, 24 (27,27%) relataram ter sofrido violência contra a mulher fora do meio acadêmico e 22 (25%) ter estado em um relacionamento abusivo, ambas durante o período de inserção e permanência na universidade.

Especificamente sobre o ambiente da sala de aula e o corpo docente, 53 (60,23%) estudantes relataram terem presenciado discursos machistas durante as disciplinas, 20 (22,73%) já se sentiram ofendidas e/ou humilhadas durante disciplinas e atividades acadêmicas, 19 (21,59%) estudantes declararam terem sido assediadas moralmente por professores e 17 (19,32%) já terem sido tratadas de forma diferenciada por algum professor pelo fato de serem mulheres. Além disso, 47 (53,41%) universitárias do curso de Serviço Social declararam já terem presenciado ou saberem de casos de professores assediando sexualmente outras estudantes, 44 (50%) de professores assediando moralmente outras estudantes e 36 (40,91%) assinalaram que já presenciaram ou sabem de casos de professores diminuindo intelectualmente outras estudantes.

Tabela 11 - Lista de violências

Lista de violências contra a mulher	f.	%
Já fui assediada moralmente por colegas universitários	28	31,82
Já fui assediada sexualmente por colegas universitários	6	6,82
Já fui assediada sexualmente por professores	2	2,27
Já fui assediada moralmente por professores	19	21,59
Já tranquei alguma disciplina por me sentir constrangida pelo professor	6	6,82
Já fui tratada de forma diferenciada por algum professor por ser mulher	17	19,32
Já senti que fui diminuída intelectualmente por ser mulher	42	47,73

Já me senti ofendida e/ou humilhada durante disciplinas e atividades acadêmicas	20	22,73
Já presenciei ou sei de casos de professores assediando sexualmente outras estudantes	47	53,41
Já presenciei ou sei de casos de professores assediando moralmente outras estudantes	44	50,00
Já presenciei ou sei de casos de professores diminuindo intelectualmente outras estudantes	36	40,91
Já presenciei ou sei de casos de universitários assediando sexualmente outras estudantes	46	52,27
Já presenciei ou sei de casos de universitários assediando moralmente outras estudantes	48	54,55
Já presenciei ou sei de casos de universitários diminuindo intelectualmente outras mulheres	35	39,77
Já presenciei discursos machistas durante disciplinas	53	60,23
Já fui coagida a participar de alguma atividade contra a minha vontade	7	7,95
Já fui coagida a ingerir bebidas alcoólicas	8	9,09
Já fui drogada sem o meu conhecimento e/ou consentimento	3	3,41
Já fui estuprada em um ambiente universitário	2	2,27
Já sofri violência sexual de algum tipo em um ambiente universitário	4	4,55
Já fui beijada sem o meu consentimento durante festas universitárias	11	12,50
Já fui abusada sexualmente (sofri tentativa de abuso sexual) sob o efeito de álcool e/ou drogas	4	4,55
Já mantive relações sexuais sob o efeito de álcool e/ou droga e não me recorde de consentir	7	7,95
Durante a minha permanência na universidade já sofri violência contra a mulher fora do meio acadêmico	24	27,27
Durante a minha permanência na universidade já estive em um relacionamento abusivo	22	25,00
Durante a minha permanência na universidade já sofri algum tipo de violência contra a mulher na residência familiar	9	10,23
Já sofri violência dentro de repúblicas masculinas	4	4,55
Já fui xingada e/ou humilhada por colegas universitários	7	7,95
Já me senti pressionada a ter relações sexuais com veteranos	1	1,14
Já presenciei estupro ou tentativa de estupro contra outra mulher no meio universitário	3	3,41
Sei de casos de estupro ou tentativa de estupro contra outra mulher no meio universitário	45	51,14
Já fui silenciada ao denunciar um caso de violência contra a mulher	6	6,82
Já deixei de ir em festas por medo de ser assediada	29	32,95
Já deixei de frequentar espaços acadêmicos e/ou comemorativos porque um agressor estaria presente	6	6,82
Já fui xingada por rejeitar investida	33	37,50
Já fui coagida a participar de atividades que considero degradantes	4	4,55
Já me senti objetificada por "brincadeiras" de cunho sexista	39	44,32
Conheço alguma mulher que evadiu da universidade após vivenciar alguma violência	10	11,36
Já senti que não pertencia ao meio acadêmico por ser mulher	10	11,36

Total Geral	88	100,00
--------------------	----	--------

Fonte: Elaboração própria

De todos os participantes, apenas 14 mulheres (13,46%) já denunciaram algum caso de violência contra a mulher, dessas, apenas 3 obtiveram o resultado esperado com a denúncia, 7 relatam que obtiveram resultado apenas parcialmente e 4 não obtiveram o resultado esperado. Sobre os meios de combate à violência contra a mulher na UFOP, 80 (76,92%) alunos acreditam que ainda não existem mecanismos eficazes, 3 (2,88%) não sabem ou não responderam e apenas 21 (20,19%) pessoas acreditam que existam, a partir de debates, rodas de conversas, campanhas, políticas de acolhimento e assistência psicológica.

Em relação ao curso de Serviço Social, a maioria dos participantes da pesquisa – 63 pessoas (60,58%) – acreditam que a predominância feminina no Serviço Social não faz com que exista um índice menor de violência contra a mulher no curso. 76,92% constatou que o debate de gênero no Serviço Social não vem sendo suficientemente contemplado pela grade curricular e, 55,77%, um pouco mais da metade, acredita que o Serviço Social da UFOP não prepara as/os profissionais para lidar com as questões de gênero e com a violência contra a mulher.

Tabela 12 - Predominância Feminina e Violência Contra a Mulher no Curso

A predominância feminina no Serviço Social faz com que exista um índice menor de violência contra a mulher no curso?	f.	%
Não	63	60,58
Sim	40	38,46
Não respondeu	1	0,96
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13 - Debate de Gênero na Grade Curricular

Você acredita que o debate de gênero no Serviço Social esteja sendo suficientemente contemplado pela grade curricular?	f.	%
Não	80	76,92
Sim	21	20,19
Não respondeu	3	2,88
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 - Preparação dos Profissionais

Na sua opinião o curso de Serviço Social da UFOP prepara as/os profissionais para lidar com as questões de gênero e com a violência contra a mulher?	f.	%
Não	58	55,77
Sim	44	42,31
Não respondeu	2	1,92
Total Geral	104	100,00

Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, a amostra pesquisada se mostrou satisfatória no que concerne à uma aproximação inicial referente ao perfil da(o) estudante do Serviço Social na UFOP, bem como, para demonstrar se há e quais as principais manifestações de violência contra a mulher, tanto na perspectiva interna do curso, quanto na universidade de forma geral. Pôde-se perceber também que a realidade da UFOP é compatível com a vivência das estudantes apresentadas na pesquisa de âmbito nacional, o que, mais uma vez, aponta o caráter estrutural e sistêmico da violência contra a mulher no sistema patriarcal capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado no decorrer do estudo, especialmente no primeiro capítulo, o Serviço Social nasce da doutrina social da Igreja, que, para retomar seu prestígio, utiliza a figura da mulher de modo ideológico no controle das expressões da Questão Social e na propagação dos ideais da Igreja. Com o desenvolvimento das protoformas, surge a demanda do Estado, que passa a investir na formação e empregar as profissionais capacitadas. O processo de laicização, entretanto, não rompe com o conservadorismo da profissão e, muito menos com o uso ideológico da figura da mulher, seja quanto ao papel das profissionais quanto das usuárias. Durante a trajetória profissional a mulher permanece sendo responsabilizada pela reprodução social e, assim, o Serviço Social têm sua subalternidade determinada pela divisão sexual do trabalho, enquanto uma profissão naturalizada como feminina, conforme apontado por Cisne (2012). O Serviço Social, portanto, nasce e permanece atrelado à marca feminina, fator que pode ser comprovado pela predominância esmagadora de mulheres no curso.

Pôde-se observar, entretanto, que esse fenômeno não ocorre apenas para os profissionais dessa área. No capitalismo, de modo geral, à mulher é delegado papeis sociais que sejam compatíveis com e/ou vistos como “extensões” da esfera doméstica. Assim, a escolha para esse e outros cursos predominantemente femininos, não é aleatória, mas sim uma construção social. Explicita-se, portanto, que a possibilidade de profissionalização feminina é, em muitos casos, ainda condicionada pela desigualdade entre os sexos.

“Gênero” designa, como apontado pela maioria das autoras utilizadas, o caráter social dessas construções referentes à masculinidade e à feminilidade. Porém, o conceito de gênero, embora possua relevância ao debate, se utilizado sozinho não aponta o vetor de dominação-exploração. Nesse sentido, a adoção da categoria patriarcado vêm elucidar a forma específica no qual as relações entre os sexos se constituem nesse modo societário. O uso de tal categoria (bem como sua negação) é, portanto, um posicionamento que afirma um compromisso político.

O estudo permite perceber que a desigualdade social e de sexo estrutura e respalda o capitalismo patriarcal. Com isso, concordo com Saffioti (1976; 2004) na explicitação de que o modo societário vigente se constitui a partir do “nó” formado pelo entrelaçamento do capitalismo com o patriarcado e com o racismo – mais do que uma somatória, a articulação desses elementos cria uma sociabilidade específica, no qual as opressões se perpassam e operam de forma simultânea e conjunta. Isso significa afirmar que a totalidade só pode ser analisada através do tripé de classe, gênero e raça/etnia.

Torna-se, dessa forma, incoerente pensar no Serviço Social fora desta perspectiva. A ruptura com o conservadorismo na profissão, a partir da aproximação com a teoria marxista, foi um avanço da categoria, que passa a adotar um posicionamento ético-político em defesa da classe trabalhadora, classe que a compõe e a quem se destina. Entretanto, a classe trabalhadora tem sexo e cor e, dessa forma, trata-la como uma categoria homogênea é negligenciar a perspectiva de totalidade. Embora o Serviço Social, na sua aproximação com os movimentos sociais, tenha incorporado a discussão, essa ainda aparece de forma periférica e tem iniciativas escassas. Nesse sentido, Lisboa (2010) contribui para o debate da profissão de modo que considero muito pertinente, uma vez que evidencia que as demandas profissionais não podem ser respondidas sem a transversalidade de gênero e raça/etnia.

O estudo demonstrou que a violência contra a mulher é um mecanismo de dominação do patriarcado e, como tal, possui legitimidade social. É, portanto, um fenômeno presente em todas as esferas sociais, incluindo a Universidade, enquanto instituição. Os índices apontados pelas pesquisas nacionais são alarmantes e, a partir deles, já é possível demonstrar a importância do debate. Como já explicitado, os dados referentes à realidade das estudantes de Serviço Social na UFOP apresentam coerência com a realidade nacional.

Isto posto, se apresentam alguns aspectos que, na minha percepção, merecem destaque. O primeiro, é que a Universidade, como apontado por Lisboa (2010) e demonstrado pelas pesquisas, está inserida e reproduz a estrutura patriarcal da sociedade, por isso perpetua a lógica de dominação sobre as mulheres. Isso também pode ser evidenciado pela desvalorização acadêmica das áreas tidas como femininas (como o curso de Serviço Social) frente às áreas tidas como hegemonicamente masculinas e, como disposto por Cisne (2012), pela subalternidade que assumem na divisão sexual do trabalho. Assim, não é surpreendente a existência significativa de relatos referentes à violência contra a mulher nesse ambiente. Na opinião da maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, a UFOP, bem como as outras Universidades, não dispõe de mecanismos eficazes de combate à violência contra a mulher, dessa forma, compreendendo a dinâmica acima exposta, sinaliza-se aqui a urgência de uma postura mais expansiva das instituições frente à essa realidade.

O segundo ponto é que, em todas as pesquisas, incluindo a realizada com a amostra do Serviço Social da UFOP, fica evidente a dificuldade que as mulheres têm de reconhecer as situações de violência enquanto violência resultante das relações sociais de sexo. Os índices aumentam drasticamente após a apresentação da lista de violências, fator que reafirma a naturalização dessa desigualdade.

Outro aspecto que pôde ser observado é que, no que diz respeito ao curso, a hegemonia feminina de profissionais, discentes e docentes no Serviço Social, não isenta a violência e a desigualdade entre os sexos nesses ambientes. Isso é afirmado aqui com base na concordância de 60.58% da amostra, bem como a partir do entendimento de que 80,68% das mulheres participantes já vivenciaram alguma modalidade de violência no meio universitário⁷. Segundo essa perspectiva, devemos observar com atenção o fato de que nessa pesquisa a relação professor-aluna também é significativamente identificada como passível de violência contra a mulher. Embora essa não seja uma realidade específica do curso, já que, como dito anteriormente, perpassa todas as esferas societárias, tendo em vista o compromisso ético da categoria e a sua predominância feminina, essa ponderação acerca do corpo docente merece destaque.

O quarto aspecto – tanto a partir do referencial teórico quanto na pesquisa – é a relação entre gênero, raça/etnia e classe social. A maioria da amostra acredita que a violência contra a mulher se manifesta de formas diversas de acordo com raça/etnia, classe e orientação sexual, e as explicitações nos capítulos anteriores reforçam isso. Segundo isso, entendo que algumas questões foram apresentadas neste trabalho de forma superficial e demandam um posterior aprofundamento, como, por exemplo, as especificidades da mulher negra e pertinentes à orientação sexual. Assim como disposto anteriormente referente à classe trabalhadora, não se pretende aqui homogeneizar a categoria “mulher” – as particularidades devem ser analisadas. Dado que esta pesquisa se afigura como uma aproximação, não foi possível fazê-lo nesse momento e, portanto, tem-se aqui o apontamento de tal necessidade.

O último ponto é que, de acordo com 76,92% dos participantes, a temática vem sendo abordada de maneira insuficiente e, para 55,77%, o curso de Serviço Social da UFOP não prepara de forma adequada o profissional em formação para atuar nas questões de gênero. Ressalta-se que já existe uma disciplina eletiva nomeada “Raça/etnia, Gênero e Sexualidades”. Reforço também a existência de professoras comprometidas com às temáticas e sua incorporação – e assim, cabe a reflexão de que são mulheres que se colocam a frente desse debate no curso. Entretanto, atualmente as temáticas de gênero e raça/etnia perpassam a formação acadêmica do Serviço Social da UFOP apenas tangencialmente. A partir disso, na minha perspectiva, a obrigatoriedade da disciplina citada e a adoção da transversalidade de raça/etnia e gênero na grade curricular ainda se coloca como, ao mesmo tempo, uma necessidade e um desafio. Tem-se como sugestão, portanto, a reflexão acerca da possibilidade

⁷ Essa porcentagem não diz respeito somente à esfera da sala de aula, mas sim todos os ambientes que compõe o meio universitário – bem como repúblicas, festas/confraternizações universitárias etc.

de revisão da matriz curricular do curso na perspectiva de contemplar mais amplamente e aprofundar essas questões.

Este estudo teve por objetivo estimular e contribuir com o debate sobre essa realidade. Cabe então nos perguntarmos: de que forma o curso de Serviço Social da UFOP tem se posicionado contra a dominação masculina? Até que ponto o enfoque quase que exclusivo na dinâmica das classes sociais não tem obscurecido a desigualdade entre os sexos e o racismo, inclusive dentro da própria instituição e do curso?

Em maiores considerações, acredito também que a incorporação do debate é pertinente à Universidade como um todo. A Universidade é um local privilegiado de produção e reprodução do saber, assim, podemos perpetuar o saber hegemônico, ancorado nas relações de dominação-exploração, ou, como aqui se propõe, assumir uma perspectiva crítica e colaborar para a construção de um conhecimento articulado às lutas e movimentos sociais (neste caso, destaca-se o movimento feminista). A incorporação desses debates possui um caráter político em direção à supressão das desigualdades sociais de sexo, raça/etnia e classe. Da mesma forma, sua supressão também corresponde à defesa de determinado modo societário – não evidenciar essa realidade é compactuar e perpetuar a ideologia vigente.

Uma vez que a categoria profissional assume um posicionamento explicitamente contra qualquer tipo de discriminação e ressalta a busca por uma sociedade humanamente emancipada, a atuação do Serviço Social vinculada ao projeto ético político e o combate ao neoconservadorismo pressupõe a análise da sociedade e uma autoanálise a partir do tripé defendido neste trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.

ALAGOANO, Verônica Medeiros. **O Debate do Movimento Feminista na Produção Acadêmica do Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2016.

ALEMANY, Carme. Violências. Traduzido por Naira Pinheiro. In: HITARA, Helena, et al. org. *Dicionário Crítico do Feminismo*. Ed. Unesp, São Paulo, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; CFESS org. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL, **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRETTAS, Tatiana; CISNE, Mirla; RUSSO, Gláucia. **Questão Social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social**. Brasília, SER Social, 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Traduzido por José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. São Paulo: Cortez, 2000.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, J. G. V. Cabrerisso. **A Predominância do Sexo Feminino na Profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão**. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, 2011.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Ed: Outras Expressões, São Paulo, 2012.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____; **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 7º ed. Cortez, 2004

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____; **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade**. In: *Atribuições Privativas Do/a Assistente Social Em Questão*. CFESS (org.), [s. l.], 2012.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR (org.). **Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário**. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp->

content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf > Acesso em: 08/fev. 2018.

KERGOAT, Daniele. **Da Divisão do Trabalho entre os Sexos**. In: HITARA, Helena, org. *Divisão Capitalista do Trabalho*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP. São Paulo, 1(2):73-103, 2.sem. 1989

_____. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. Traduzido por Vivian Aranha Saboia. In: HITARA, Helena, et al. org. *Dicionário Crítico do Feminismo*. Ed. Unesp, São Paulo, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Feminismo e Serviço Social** – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katálysis. vol.13 no.1 p. 66-75 Florianópolis jan./jun. 2010

MARRO, Katia Iris. **Serviço Social e Movimentos Sociais: Reflexões Sobre Experiências de Extensão Universitária**. Rev. Temporalis, Brasília (DF), n.22, p.317-340, jul./dez. 2011

MIRALES, Rosana. **Violência de Gênero: Dimensões da lesão corporal**. Ed. Unioeste, Cascavel, 2013.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. **A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Rev. Temporalis, Brasília (DF), n.21, p.13-47, jan./jun. 2011

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea**. In: *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Alvancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAIVA, B. A.; et al. **Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos**. In: BONETTI, D. A.; et al (org.). *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Lidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Rev. katálysis vol.13 no.1 Florianópolis jan./jun. 2010

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, p. 71–99, jul./dez. 1995

SPM, Secretaria de Política para as Mulheres. **Balanco 2015:** uma década de conquistas ligue 180. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco 180-10meses-1.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco%20180-10meses-1.pdf)> Acesso em: 08/fev. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social.** CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* CEAD/UnB. Brasília. 2009.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. 1ed: Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 08/fev. 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Violência Contra as Mulheres no Meio Universitário: A realidade das Estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto⁸

Pesquisadora: Carolina Alcântara da Costa Pratarotti

Contato telefônico: (31) 983563213 **E-mail:** carol.pratarotti@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo averiguar se as mulheres matriculadas no curso de Serviço Social da UFOP vivenciam violência contra a mulher no meio universitário, bem como mapear quais as mais predominantes formas de manifestação dessa violência e seus possíveis rebatimentos. A partir disso, tendo em vista a histórica predominância feminina no curso de Serviço Social, pretende-se discutir a realidade que permeia a inserção das estudantes na universidade e avaliar se a grade curricular do curso contempla de maneira suficiente o debate de gênero. Para essa pesquisa compreende-se como “meio universitário” todos os espaços que constituam parte da inserção da estudante na Universidade e que influenciem direta ou indiretamente na permanência e/ou aproveitamento acadêmico da mulher. Ou seja, qualquer espaço frequentado pela estudante devido à sua condição de universitária.

Eu, Carolina Alcântara da Costa Pratarotti, RG: SP – 39.900.474-9, asseguro que os dados contidos nos formulários a seguir serão mantidos confidenciais e têm como único objetivo dar base material a pesquisa.

Eu, _____,

RG _____, abaixo assinado, concordo em contribuir para a pesquisa: Violência Contra as Mulheres no Meio Universitário: A realidade das Estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Atesto que fui devidamente informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora Carolina Pratarotti sobre a mesma.

Assinatura do entrevistado: _____

⁸ O título foi alterado no decorrer do trabalho.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO MULHERES

Idade:

2. Estado Civil:

Solteira Casada União Estável Divorciada

3. Possui Filhos?

Sim Não

4. Raça/Etnia:

Branco Negro Pardo Indígena Asiático Outro:

5. Renda Familiar:

Até 1 salário mínimo De 1 à 3 salários mínimos De 3 à 5 salários mínimos Mais do que 5 salários mínimos

6. Orientação Sexual:

Heterossexual Homossexual Bissexual Outro:

7. Naturalidade:

Mariana/Ouro Preto Outros

8. Tipo de moradia:

Residência Familiar

República Particular de Mariana

República Socioeconômica de Mariana

República Particular de Ouro Preto

República Federal de Ouro Preto

Alojamento Socioeconômico (Ouro Preto)

Pensão

Residência dividida com outros moradores

Outros:

9. Exerce alguma atividade remunerada?

Sim Não

10. Utiliza algum serviço da Assistência Estudantil?

Sim Não

11. Qual?

12. Você acredita que exista violência contra as mulheres no meio universitário?

Sim Não

13. Assinale quais os tipos de violência você acredita que podem ser encontradas:

- Violência Sexual Violência Física Violência Moral
 Violência Psicológica Assédio Sexual Desqualificação Intelectual
 Coerção Outros:

14. Em quais ambientes do meio universitário você acredita que elas podem ocorrer?

- Sala de aula Repúblicas/Moradias Estudantis Festas e confraternizações
 Instituições de Estágio Eventos acadêmicos (ex: congressos)
 Moradias familiares Outros:

15. Você já vivenciou violência de gênero durante sua inserção na Universidade?

- Sim Não, mas conheço mulheres que já vivenciaram Não

16. Quais tipos?

- Violência Sexual Violência Física Violência Moral Violência Psicológica
 Assédio Sexual Coerção Desqualificação Intelectual Outros:

17. Antes de ingressar na universidade você já sofreu violência contra a mulher?

- Sim Não, mas já presenciei ou sei de casos Não

18. Você acredita que a inserção e permanência da mulher na universidade é mais difícil em relação à do homem?

- Sim Não

19. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a raça/etnia?

- Sim Não

20. Se sim, qual a raça/etnia você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?**21. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a orientação sexual?**

- Sim Não

22. Se sim, em qual orientação sexual você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?**23. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a classe social?**

- Sim Não

24. Se sim, em qual classe social você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?

25. Você já deixou de participar de alguma atividade acadêmica por medo de sofrer violência contra a mulher?

Sim, frequentemente

Sim, porém raramente

Não, mas já tive receio e/ou me preparei de modo a evitar possíveis transtornos

Não

26. A violência contra a mulher influencia ou já influenciou no seu rendimento acadêmico?

Sim Não

27. A violência contra a mulher já te fez pensar em abandonar a universidade?

Sim Não

28. Você já denunciou casos de violência contra mulher em alguma instância?

Sim Não

29. Se sim, qual?

30. Você obteve o resultado esperado com a denúncia?

Sim Apenas parcial Não

31. Você acredita que a UFOP possui meios de combate à violência contra a mulher?

Sim Não

32. Quais?

33. Você acredita que a predominância feminina no Serviço Social faz com que exista um índice menor de violência contra a mulher no curso?

Sim Não

34. Você acredita que o debate de gênero no Serviço Social esteja sendo suficientemente contemplado pela grade curricular?

Sim Não

35. Na sua opinião o curso de Serviço Social da UFOP prepara as/os profissionais para lidar com as questões de gênero e com a violência contra a mulher?

Sim Não

36. Em relação ao gênero, você se sente representada pelos/as autores/as que compõem o material bibliográfico do curso?

Sim Não

37. Assinale as alternativas que correspondem à sua realidade:

- Já fui assediada moralmente por colegas universitários
- Já fui assediada sexualmente por colegas universitários
- Já fui assediada sexualmente por professores
- Já fui assediada moralmente por professores
- Já tranquei alguma disciplina por me sentir constrangida pelo professor
- Já fui tratada de forma diferenciada por algum professor por ser mulher
- Já senti que fui diminuída intelectualmente por ser mulher
- Já me senti ofendida e/ou humilhada durante disciplinas e atividades acadêmicas
- Já presenciei ou sei de casos de professores assediando sexualmente outras estudantes
- Já presenciei ou sei de casos de professores assediando moralmente outras estudantes
- Já presenciei ou sei de casos de professores diminuindo intelectualmente outras mulheres
- Já presenciei ou sei de casos de universitários assediando sexualmente outras estudantes
- Já presenciei ou sei de casos de universitários assediando moralmente outras estudantes
- Já presenciei ou sei de casos de universitários diminuindo intelectualmente outras mulheres
- Já presenciei discursos machistas durante disciplinas
- Já fui coagida a participar de alguma atividade contra a minha vontade
- Já fui coagida a ingerir bebidas alcoólicas
- Já fui drogada sem o meu conhecimento e/ou consentimento
- Já fui estuprada em um ambiente universitário
- Já sofri violência sexual de algum tipo em um ambiente universitário
- Já fui beijada sem o meu consentimento durante festas universitárias
- Já fui abusada sexualmente (sofri tentativa de abuso sexual) sob o efeito de álcool e/ou drogas
- Já mantive relações sexuais sob o efeito de álcool e/ou drogas e não me recordo de consentir
- Já sofri agressão física por parte de outros universitários
- Durante a minha permanência na universidade já sofri violência contra a mulher fora do meio acadêmico
- Durante a minha permanência na universidade já estive em um relacionamento abusivo
- Durante a minha permanência na universidade já sofri algum tipo de violência contra a mulher na residência familiar
- Já sofri violência dentro de repúblicas masculinas
- Já fui xingada e/ou humilhada por colegas universitários
- Já me senti pressionada a ter relações sexuais com veteranos

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO HOMENS

1. Idade: _____

2. Estado Civil:

Solteiro Casado União Estável Divorciado

3. Possui Filhos? Sim Não

4. Raça/Etnia:

Branco Negro Pardo Indígena Asiático Outro:

5. Renda Familiar:

Até 1 salário mínimo De 1 à 3 salários mínimos De 3 à 5 salários mínimos Mais do que 5 salários mínimos

6. Orientação Sexual: Heterossexual Homossexual Bissexual Outro:

7. Naturalidade:

Mariana/Ouro Preto Outros

8. Tipo de moradia:

Residência Familiar

República Particular de Mariana

República Socioeconômica de Mariana

República Particular de Ouro Preto

República Federal de Ouro Preto

Alojamento Socioeconômico (Ouro Preto)

Pensão

Residência dividida com outros moradores

Outros: _____

9. Exerce alguma atividade remunerada?

Sim Não

10. Utiliza algum serviço da Assistência Estudantil?

Sim Não

11. Qual?**12. Você acredita que exista violência contra as mulheres no meio universitário?**

Sim Não

13. Assinale quais os tipos de violência você acredita que podem ser encontradas:

Violência Sexual Violência Física Violência Moral Violência Psicológica

Assédio Sexual Desqualificação Intelectual Coerção Outros:

14. Em quais ambientes do meio universitário você acredita que elas podem ocorrer?

Sala de aula Repúblicas/Moradias Estudantis Festas e confraternizações

Instituições de Estágio Eventos acadêmicos (ex: congressos)

Moradias familiares Outros:

15. Você presenciou ou sabe de casos de violência contra a mulher durante sua inserção na Universidade?

Sim Não

16. Quais tipos?

Violência Sexual Violência Física Violência Moral Violência Psicológica

Assédio Sexual Coerção Desqualificação Intelectual Outros:

17. Antes de ingressar na universidade você já presenciou ou soube de casos de violência contra a mulher?

Sim Não

18. Você acredita que a inserção e permanência da mulher na universidade é mais difícil em relação à do homem?

Sim Não

19. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a raça/etnia?

Sim Não

20. Se sim, qual a raça/etnia você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?

21. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a orientação sexual?

Sim Não

22. Se sim, em qual orientação sexual você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?

23. Na sua opinião, a violência contra a mulher se manifesta de modo diferente de acordo com a classe social?

Sim Não

24. Se sim, em qual classe social você acredita ser mais suscetível e/ou sofrer de modo intensificado tal violência?

25. Você acredita que as mulheres deixem de participar de alguma atividade acadêmica por medo de sofrer violência contra a mulher?

Sim, frequentemente Sim, porém raramente Não

26. Você acredita que a violência contra a mulher pode influenciar no rendimento acadêmico das mulheres?

Sim Não

27. Você acredita que a violência contra a mulher pode levar a estudante a pensar em abandonar a universidade?

Sim Não

28. Você já denunciou casos de violência contra mulher em alguma instância?

Sim Não

